

# Acção Socialista



Nº 1260 17 Março 2006

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

[www.accaosocialista.pt](http://www.accaosocialista.pt) ■ [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)

## Novas Fronteiras COMPROMISSO PERMANECE VIVO



[www.ps.pt](http://www.ps.pt)

Aconteceu, já é notícia.



ACEDA AO  
MUNDO  
SOCIALISTA

**PARTIDO  
SOCIALISTA**



**PS**



EDITORIAL



**SILVINO GOMES DA SILVA**  
Director-adjunto

# Vencer desafios transformando problemas em oportunidades

**E**NTRAMOS definitiva e tranquilamente no segundo ano do Governo do Partido Socialista liderado por José Sócrates.

Na agenda política do Governo, já no curto prazo, temos marcado o PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado. A grande reforma que se anuncia para o final deste mês, embora seja ainda ténue o conhecimento sobre a sua extensão e profundidade, somos em crer que será de molde a modificar estruturalmente a Administração Pública e o funcionamento orgânico do Estado. Mas, não se prevê fácil nem simples a sua implementação. As resistências à mudança serão enormes e certamente haverá muita controvérsia nos diferentes sectores afectados e contestação que se irá desenrolar nos mais diversos palcos.

Para este segundo ano da governação socialista estão previstas novas medidas impopulares que afectarão diversas áreas e vão colidir novamente com interesses instalados, com as corporações e desafiar rotinas enraizadas.

*Para este segundo ano da governação socialista estão previstas novas medidas impopulares que afectarão diversas áreas e vão colidir novamente com interesses instalados, com as corporações e desafiar rotinas enraizadas*

À nossa frente, temos a implementação do processo de Bolonha no superior, e no secundário a efectiva estabilização do corpo docente e a consolidação das aulas de substituição, entre outras medidas.

No domínio das políticas sociais, a antecipação já para este mês da atribuição do complemento solidário para os idosos mais pobres e desfavorecidos constitui outra das marcas distintivas da afirmação dos nossos princípios e valores na governação, materializando-se assim uma outra importante promessa eleitoral. A par de tudo isto há ainda que contar com a colocação de novas peças no Plano Tecnológico, instrumento fundamental para o desenvolvimento do país. A este respeito, refira-se que tem sido a economia a grande beneficiária de uma visão estratégica para o futuro, com sinais evidentes de retoma, atestados em todos os indicadores.

Transformar antigos problemas em novas oportunidades é pois o desafio que o Governo do PS vai ter de enfrentar ao longo deste ano. Para isso, além do engenho em operar essa metamorfose, é necessário explicar todas e cada uma das medidas que vierem a ser tomada. Retomemos a situação da mudança do mapa escolar e consequente encerramento de algumas estabelecimentos de ensino em que é manifesto o isolamento, o insucesso e o abandono. A justificação desta medida não está em qualquer entendimento economicista, antes reside no objectivo de fazer da escola um lugar de oportunidades iguais para todos, segundo critérios pedagógicos e didácticos. Já no que respeita às maternidades, a razão pela qual o Governo decidiu encerrar alguns destas valências em certos

hospitais, além de critérios de racionalidade económica, é necessário perceber e fazer passar mensagem de que desta forma se está a cuidar de assegurar melhores cuidados tanto às mães como aos recém-nascidos, segundo as mais adequadas práticas clínicas.

A mudança tranquila que se está a operar em Portugal tem como objectivo evidente tornar-nos um país mais competitivo, desenvolvido, justo e solidário. A confiança concorre neste desiderato como elemento fundamental para chegarmos ao final da legislatura com um quadro político, económico e social completamente diferente daquele que herdámos em 2005. Aliás, só a grande confiança que os portugueses depositam no primeiro-ministro, José Sócrates, no XVII Governo e nas suas políticas justificam os elevados índices de popularidade que recolhem junto do eleitorado, conforme indicam todas as sondagens publicadas. Assim, continua a caber aos militantes do PS, aos seus quadros e dirigentes a responsável tarefa de não desmobilizarem face aos bons resultados já obtidos, antes pelo contrário, de virem para o terreno da luta política em defesa das nossas políticas, particularmente daquelas que por serem mais difíceis serão alvo de maior contestação.

PS. – No quadro das eleições internas que decorrem até ao final do mês para as secções, concelhias e federações, os militantes do PS têm o estrito dever de participar nas escolhas dos dirigentes locais para os próximos dois anos, sinalizando bem o seu empenho na vida partidária.

## REGULARIZE AS SUAS QUOTAS

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

- 1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;**
- 2. Transferência bancária**  
Conta: Millennium BCP  
PS-QUOTIZAÇÕES - Nº 452 341 62873  
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

- 3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:**  
ENTIDADE 20132  
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE  
(total de 9 dígitos)  
MONTANTE .....  
Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur  
Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

- 4. Pagamento junto da Secção, caso a Secção detenha Protocolo para o efeito.**

Linha Azul

808 201 695



## ELEIÇÕES INTERNAS

**Congressos federativos**  
6 ou 7 de Maio

**Eleição do presidente da federação e dos delegados ao congresso**  
21 ou 22 de Abril

**Eleições para os órgãos das concelhias e secções**  
entre 17 e 31 de Março

**Informações sobre regulamentos em**  
[www.ps.pt](http://www.ps.pt)



# Um ano de “viragem” para Portugal

## CONVENÇÃO NOVAS FRONTEIRAS

**Governo do PS deu ao país, finalmente, um rumo e uma razão de esperança.**

J. C. CASTELO BRANCO

JOSÉ Sócrates afirmou ser sua “convicção profunda” que o ano que passou foi “um ano de viragem” em que a confiança começou a regressar, prometendo que Portugal continuará a ter um Governo “empenhado na mudança” e decidido a “levar o país para a frente”.

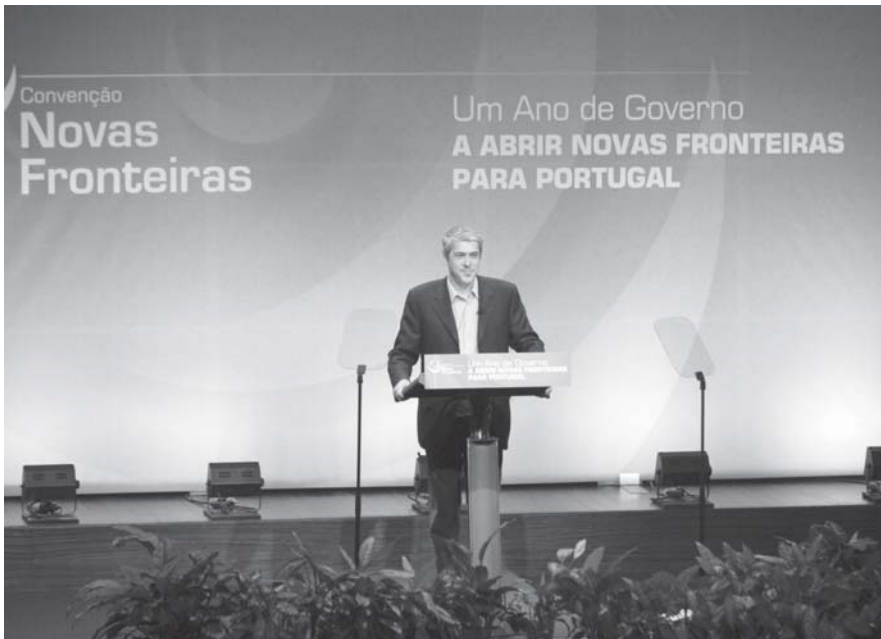
O primeiro-ministro e secretário-geral do PS falava no dia 12 de Março na abertura da Convenção das Novas Fronteiras, no Centro de Congressos de Lisboa, que decorreu sob o lema “Um ano de Governo a abrir novas fronteiras de Portugal”.

Perante um auditório de cerca de duas mil pessoas, José Sócrates afirmou que “pode dizer-se tudo sobre o ano que passou, mas há uma coisa que ninguém diz – é que ficou tudo na mesma”, sublinhando que “o Governo soube enfrentar, com coragem, a situação difícil que encontrou e esteve à altura das responsabilidades e da confiança que os portugueses lhe deram”.

Sócrates considerou que “o dever de qualquer responsável político é o de lutar pela confiança. E isto é válido para o Governo, mas também é válido para a oposição”. Por isso, acusou, “quem acha que prejudica o Governo promovendo o pessimismo e rejeitando todos os sinais de recuperação da confiança, não está a fazer oposição ao Governo, está a fazer oposição ao país”.

Mas, referiu o líder do PS, “se há mudança que todos reconhecem, é a mudança na atitude do Governo”, que não “adiou soluções”, nem optou pela “estratégia do fingimento e da facilidade, para mascarar contas e falsear os resultados”.

Pelo contrário, frisou, “percebemos bem que o primeiro desafio que tínhamos pela frente era o de repor o sentido de Estado na governação e recuperar a credibilidade das instituições”.



Mas também, acrescentou, “percebemos que o país não podia continuar a enganar-se a si próprio e que era tempo de falar verdade e de começar a enfrentar, com seriedade, os problemas do país”.

E essa é, segundo Sócrates, “a história deste ano que passou”, ou seja, frisou, “a história de um compromisso eleitoral que se começou a concretizar. Um compromisso que propôs ao país um novo rumo, novas fronteiras, uma nova ambição, que se concretizou numa agenda de mudança e num movimento de modernização”.

Para atingir tal desiderato, explicou o primeiro-ministro, teve de se fazer uma escolha, que passou por “não governar a pensar em eleições, nem na popularidade do momento” já que “os problemas do país são demasiado sérios para continuar à espera”.

Uma decisão que, segundo sublinhou, foi posta em prática já ao longo deste ano, período em que decorreram as eleições autárquicas e presidenciais. “Eu nunca olhei para o ano que passou como um ano de eleições, mas sim como um ano de trabalho, com eleições”, disse.

“Há uma coisa que aconteceu com os que nos antecederam, mas que tudo farei para que não aconteça ao Partido Socialista: que é chegar ao fim de um Governo com maioria absoluta e deixar o país na mesma ou com problemas ainda pior do que antes”, prometeu.

Ao longo deste ano, referiu o primeiro-ministro, “fomos fiéis às nossas prioridades, que deviam voltar a ser o crescimento e o emprego”, adiantando que a consolidação das contas públicas, que classificou como “um problema muito sério, que precisa de ser enfrentado”, não é, nem pode ser, “um fim em si mesmo”.

Para Sócrates, “o país tem de concentrar-se, sobretudo, na resolução dos problemas estruturais que bloqueiam o crescimento económico”, já que só assim, frisou, “poderemos superar as dificuldades e vencer os enormes desafios que temos pela frente”.

Mas, ressaltou, tal “não significa ignorar” o problema do défice orçamental, uma vez que, lembrou, o actual Governo deparou-se com “uma grave crise das finanças públicas, bem maior do que aquela

que era conhecida” e enfrentou-a com “determinação e com verdade”.

Por isso, explicou, no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento, o Governo delineou uma “estratégia credível” de médio prazo para, apenas em três anos, trazer o défice dos 6,83 por cento para menos de três por cento, mas sem “a mistificação” das receitas extraordinárias, sem o “truque” da desorçamentação sistemática e sem o “espectáculo lamentável” de pôr o Estado a “vender património ao desbarato” em leilões de fim de ano.

### Modernização da economia

Mas, segundo sublinhou o primeiro-ministro, a “prioridade maior” na agenda do Executivo foi “a modernização da economia”, porque, acrescentou, “precisamos de uma economia mais competitiva, capaz de crescer e de combater o desemprego”.

E passou em revista a “agenda de mudança” levada a cabo pelo Governo ao longo do ano, destacando o arranque do plano tecnológico, a desburocratização, a

modernização do Estado, as medidas na área da educação, a criação do complemento solidário para idosos, o novo programa de investimento em equipamento sociais, entre outras medidas.

José Sócrates referiu-se ainda à lei da nacionalidade, como uma das iniciativas legislativas que “mais honra” o Governo e a maioria parlamentar do PS, pelo que significa de “humanidade, de justiça, de solidariedade e de visão do futuro”.

A lei da paridade, que será discutida este mês no Parlamento, foi igualmente apontada por Sócrates, que acusou aqueles que estão contra a criação de quotas de quererem no fundo que “tudo continue na mesma”.

O primeiro-ministro afirmou ainda que os princípios que norteiam e orientam a agenda do Governo são os mesmos de há um ano: “Governar para todos”, procurando que “o interesse geral se sobreponha sempre aos interesses corporativos”; “governar com visão de futuro, sem medo das eleições e fazendo as mudanças estruturais que o país precisa” e “governar com sentido de urgência da modernização do país”.

Mas também, acrescentou, “governar para criar oportunidades”, porque “o principal dever do Estado moderno não é apenas prestar assistência a tudo e todos, é fundamentalmente criar oportunidades”; e “governar com um sentido progressista e cosmopolita, para reforçar o papel de Portugal no mundo, confiantes no aprofundamento do projecto europeu, firmes na nossa ligação atlântica e apostados na cooperação com os países de expressão portuguesa”.

Segundo Sócrates, “estes são novos tempos, que exigem novas respostas, novas soluções, novas fronteiras”. E foi por isso, adiantou, que foi constituído o movimento das Novas Fronteiras, “para beneficiar do debate e para beneficiar do melhor do mundo das ideias, que só o debate livre e aberto permite”, sublinhando que o que motiva a acção deste Governo “é escrever a história do futuro”.



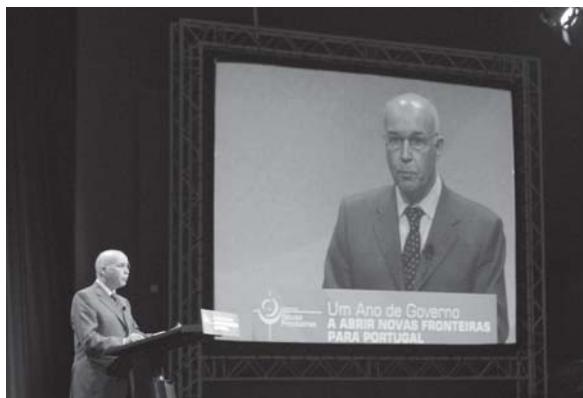
# Impaciência e instabilidade são os únicos adversários

## CONVENÇÃO NOVAS FRONTEIRAS

**O encerramento dos trabalhos da Convenção coube a António Vitorino e Gomes Canotilho, que puseram em evidência as potencialidades e virtudes do movimento das Novas Fronteiras e elogiaram a agenda reformista e de mudança que marcou o primeiro ano do Governo do PS.**

NA SUA intervenção, António Vitorino defendeu que “a exigência de rigor e a capacidade de realização terá que ser ainda maior do que foi no último ano”, apontando a “impaciência” e a “instabilidade” como os únicos adversários.

Para vencer a “impaciência”, Vitorino sustentou que “é preciso explicar que os resultados no curto prazo têm de ser garantidos através do esforço e qualificação dos portugueses”, enquanto para evitar a “instabilidade”, considerou que é preciso deixar bem claro que “a nossa aposta é a reforma económica



no respeito dos valores da coesão”.

Saudando a “forma aberta e transparente” como foram discutidas as prioridades do próximo ano ao longo dos trabalhos da Convenção, afirmou que a realização deste evento veio mais uma vez provar que a dinâmica das Novas Fronteiras “não se esgotou no acto eleitoral”.

Num breve balanço da acção do Governo, o deputado do PS e antigo comissário europeu referiu ser “necessário recuar muito no tempo para encontrar um outro Governo que tenha aplicado um conjunto de reformas tão ambiciosas como este Governo aplicou neste primeiro ano”.

Segundo Vitorino, este primeiro ano de governação socialista teve também o mérito de “pôr fim ao mito de que a esquerda é o ‘statu quo’, e que só a direita tem a capacidade de reformar o país”. As reformas iniciadas pelo Governo vão permitir “abrir as avenidas de um futuro de paz, desenvolvimento e coesão social”, sustentou.

E deixou um recado: “Não vai no bom caminho quem pensa que é cavalgando toda a contestação que se pode assumir como alternativa”.

Quanto à explicação da direita, segundo a qual a acção do Governo “não passa de propaganda”, Vitorino disse que tal argumento pretende

“passar um atestado de menoridade aos portugueses”.

Por sua vez, Gomes Canotilho congratulou-se com a dinâmica das Novas Fronteiras, assumindo a sua “cumplidade legitimatória” com o Governo, porque “acredita nas propostas” que entretanto foram avançadas.

E sublinhou que “este é um Governo que sabe dirigir os destinos da República”, que “obedece à Constituição, não a considerando um entrave ao desenvolvimento”, e que “acredita no projecto europeu”.

Mas também, acrescentou, “este é um Governo que prometeu coesão económica e social quanto às pessoas e no plano interterritorial”, e que “abraçou o imperativo de promover o desenvolvimento do país através da inovação e conhecimento”.

O constitucionalista elogiou ainda a política de imigração e de inclusão das minorias, salientando que “o Governo não tem medo da inclusão do outro”.

Por último, Gomes Canotilho defendeu que é necessário “a revitalização da política através dos partidos políticos”, bem como “aumentar a democracia participativa” e proceder-se à “renovação da classe política”.

J. C. C. B.

## Debate vivo nos painéis sobre economia, qualificação e modernização do Estado

NA CONVENÇÃO “Um ano de Governo a abrir novas fronteiras para Portugal” realizaram-se em simultâneo três painéis diferentes sobre a economia, a qualificação e a modernização do Estado. No painel dedicado à “Economia, competitividade e inovação”, moderado por Maria João Rodrigues, foram oradores José Amaral e João Carapuça. Sérgio Sousa Pinto moderou o painel sobre “Qualificação”, que contou

com a presença de Helena Nazaré e Luís Moita. No painel “Modernização do Estado”, moderado por António Vitorino, participaram Vital Moreira e Peres Metelo. A qualidade e excelência das intervenções e o debate vivo e estimulante dos temas em análise foram a nota dominante destes painéis sectoriais, seguidos por numeroso público que encheu por completo os auditórios do Centro de Congressos de Lisboa onde se realizaram.





# Complemento Solidário para Idosos avança mais cedo do que o previsto

**O processo será rigoroso, despido de burocracias e que constituirá um verdadeiro combate à pobreza.**

RUI SOLANO DE ALMEIDA

O PRIMEIRO-MINISTRO anunciou em Castelo Branco que o complemento solidário para idosos será uma realidade que entrará em vigor já durante o presente mês de Março.

Nesta primeira fase, e segundo adiantou José Sócrates, o subsídio contemplará mais de 660 idosos que neste momento auferem rendimentos mensais inferiores a 300 euros.

José Sócrates mostrou-se satisfeito pelo facto de o Governo ter conseguido encurtar os prazos de pagamento do complemento solidário para idosos em cerca de um ano, cenário que não deixou de sublinhar como constituindo uma demonstração do empenho do Executivo na resolução dos problemas da população idosa e mais carenciada.

Na ocasião o chefe do Governo anunciou igualmente um programa de investimentos em equipamentos sociais na ordem dos 45 milhões de euros, facto que de imediato irá proporcionar a criação de 45 mil novas vagas para idosos e crianças, assim distribuídos: 13 mil novas vagas em centros de dia, lares e apoio domiciliário para idosos, 1000 novas vagas para deficientes em centros ocupacionais e unidades residenciais e 31 mil novas vagas em creches, aumentando deste modo em 50 por cento as diversas ofertas existentes. O primeiro-ministro lembrou ainda que perto de 90 por cento destas novas vagas nos diversos segmentos serão criadas em parcerias com instituições particulares de solidariedade social.

O êxito desta iniciativa do Governo socialista traduz-se de imediato, e tal como José Sócrates teve ocasião de referir, nos mais de cinco mil idosos que quiseram aderir a este programa. Para o primeiro-ministro, este novo esquema de apoio aos idosos mais necessitados configura-se como um processo de simples aderência, refutando assim a acusação da oposição de direita de que se trata de uma acção que envolve mecanismos demasiadamente burocráticos, perfazendo antes, como defendeu, “um processo sustentado no rigor e na justiça social”.

Para o líder socialista e primeiro-ministro, “é uma ficção a ideia da burocracia exagerada”, preferindo sublinhar o facto de se tratar antes de uma prestação social rigorosa.



Não é facilitando ou desbaratando dinheiros públicos, como se fez no passado em numerosas situações, que se assegura de forma clara e realista o futuro do país e dos seus cidadãos, sobretudo daqueles que mais precisam dos apoios do Estado.

A aposta numa política séria, “ajudando aqueles que mais precisam” disse José Sócrates, é a melhor forma de garantir a continuidade e a sustentabilidade, por muitos anos, de um programa com as características do complemento solidário para idosos.

## Tarefas vão ser facilitadas

Se, por um lado, o primeiro-ministro quis deixar a certeza de que o preenchimento dos formulários

não deve constituir nenhum obstáculo a que os mais idosos “mesmo aqueles que vivem isolados ou que estejam longe dos filhos”, o possam fazer por si próprios, por outro lado, e como complemento, disse, o Governo para os auxiliar a esclarecer eventuais dúvidas, “vai disponibilizar quatro unidades móveis que percorrerão o país ao encontro dos cidadãos”.

Nesta primeira fase as viaturas circularão por sete distritos catalogados pelo Governo como os mais carenciados, seguindo-se posteriormente todos os restantes.

É porque o país ainda luta com algumas dificuldades, nomeadamente ao nível das suas despesas públicas, os veículos a utilizar, esclareceu o ministro da Segurança Social, Vieira da Silva, resultam de

um aproveitamento de uns já existentes, e que estavam sem qualquer utilização, não havendo deste modo necessidade de adquirir novas viaturas.

## O programa é já um êxito

Em apenas um mês, lembrou o primeiro-ministro, mais de 57 mil pessoas apresentaram a sua candidatura ao complemento solidário para idosos, tendo para o efeito dirigido-se aos balcões das diversas delegações da Segurança Social para aí obterem as informações necessárias sobre este programa, demonstrando deste modo o interesse que esta medida está a despertar junto da população mais idosa e mais carenciada.

Segundo as previsões do ministro Vieira da Silva, até ao final do ano poderão estar a receber este complemento cerca de 40 mil idosos, facto que a verificar-se, disse, representará um enorme êxito e a justificação desta medida tomada pelo Governo do Partido Socialista em prol de uma melhor e mais adequada qualidade de vida para os idosos.

Recorde-se que o complemento solidário para idosos, e nesta primeira fase de 2006, pretende abranger aqueles que se situam na faixa etária superior a 80 anos de idade, e que auferem reformas mensais inferiores a 300 euros, prevenindo-se que a partir do próximo ano a medida possa ser estendida aos idosos com idades a partir dos 70, baixando para 65 depois de 2008.

Das candidaturas já aceites e enquadráveis nos pressupostos do complemento solidário para idosos, e perante os dados existentes, refira-se que a grande maioria, cerca de 80 por cento, são de mulheres, das quais perto de 85 por cento não têm filhos e 95 por cento recebem já pensões da Segurança Social. Há ainda a registar, e dentro dos candidatos que receberam do Ministério da Segurança Social a aprovação aos seus pedidos de subsídio, que cerca de 70 por cento têm entre 80 e 84 anos de idade, e que dez a onze por cento se situam numa faixa etária superior a 95 anos de idade.

## COMBATERS A POBREZA

Segundo dados oficiais existem mais de um milhão de idosos que vivem com pensões mensais inferiores a 300 euros. Destes, cerca de 300 mil encontram-se em situação de pobreza, dado não auferirem quaisquer outro tipo de rendimentos para além da sua pensão.

## SÃO MUITOS OS QUE TÊM PROCURADO ESTE PROGRAMA

Perto de 40 mil pensionistas serão abrangidos este ano pelo complemento solidário para idosos. Cerca de 57 mil pessoas, entretanto, já se deslocaram à Segurança Social para recolher informações sobre o programa.

## AS MULHERES PREDOMINAM

De todos os que já garantiram o apoio deste complemento, 80 por cento são mulheres, das quais 85 por cento não têm filhos e 95 por cento recebem pensões da segurança social.

# Governo vai avançar com queima dos resíduos industriais perigosos

## CO-INCINERAÇÃO

RUI SOLANO DE ALMEIDA

*“As notícias sobre a minha morte são manifestamente exageradas”*

Mark Twain

HÁ ASSUNTOS e propostas a que vale a pena voltar sempre. Mesmo quando a sua morte é anunciada porventura prematuramente. Sobre tudo quando os temas que temos pela frente, pela sua particularidade e especificidade, dizem respeito, directa e indiscutivelmente, quer ao bem-estar dos cidadãos, quer ao desejado equilíbrio ambiental do país.

É o caso da preocupante e discutível política do “stop and go” a que vimos assistindo em relação à problemática da co-incineração.

A queima dos resíduos industriais perigosos (RIP) em cimenteiras começou por ser uma iniciativa aconselhada pela então ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, no Governo de António Guterres, em 1997. Dois anos e pouco depois, já em 2000, e com José Sócrates à frente do Ministério do Ambiente, o assunto voltou de novo à ribalta, sendo na altura escolhidos como locais preferenciais para o processo da co-incineração as cimenteiras de Souselas, no arredores da cidade de Coimbra, e no Outão, em Setúbal.



Desde cedo a medida foi alvo de alguns protestos sem contudo se conhecerem efectivas alternativas capazes de viabilizar um qualquer processo eficaz para a queima dos resíduos industriais perigosos.

O problema que se coloca, e volvidos mais de seis anos sob as primeiras propostas de co-incineração, é que os caminhos apresentados por quem se tem oposto a este processo não só não se têm prefigurado como verdadeiras alternativas, como se tem vindo a provar, como na prática deixaram

tudo na mesma até agora. Ou seja, Portugal continua a enviar para as lixeiras ainda existentes parte dos resíduos industriais perigosos que produz, sem qualquer tratamento, com tudo o que isso implica, nomeadamente ao nível da qualidade dos seus lençóis freáticos. Esta solução precária tem sido empreendida em paralelo como uma outra não menos discutível e apadrinhada pelos sucessivos governos. Trata-se de um processo que passa pela exportação dos resíduos industriais perigosos,

operação dispendiosa e desproporcionada e que custou a Portugal, só em 2004, cerca de 13 milhões de euros.

Perante este quadro e para o Governo a defesa da co-incineração não surge, por isso, do nada ou de um qualquer capricho de momento. Trata-se, como defende o ministro do Ambiente, Nunes Correia, de um processo apoiado em diversos relatórios da Comissão Científica Independente (CCI), organismo que foi criado, recorde-se, para analisar o processo da co-incineração em Portugal.

Esta comissão produziu ao longo destes anos estudos e conclusões, adianta o titular da pasta do Ambiente, que vêm confirmar em absoluto as previsões que o Governo já tinha e que apontam para a queima de resíduos industriais perigosos em cimenteiras “como sendo o melhor e o mais adequado método”, estando, como acrescenta Nunes Correia, “qualquer cimenteira do país preparada e em condições de proceder a esta operação”.

Contudo, e porque no Outão e em Souselas já se desenvolveram testes, o titular da pasta do Ambiente defende que sejam aqui empreendidas, provavelmente dentro de três a seis meses, as primeiras iniciativas, considerando estes dois locais como “excelentes candidatos”.

Dentro de um ano, disse Nunes

Correia, o Governo tem a expectativa de que este processo da co-incineração entre em velocidade de cruzeiro nestas duas cimenteiras.

Mas nada disto será executado ou desenvolvido sem um controlo apertado e eficaz quer por parte da CCI, quer por parte do Governo e do Ministério do Ambiente, garante Nunes Correia.

A norma será a Comissão Científica Independente acompanhar e controlar todo o processo, dando deste modo mais uma garantia de que esta opção e esta solução representam o caminho mais seguro quer para o ambiente, quer em tudo o que tem a ver com a defesa da saúde pública.

A co-incineração, recorde-se, é um processo que se desenvolve através da queima dos resíduos industriais perigosos em fábricas concebidas para outras funções, nomeadamente em cimenteiras, que utilizam este material como parte do combustível necessário ao fabrico de cimento.

Nesta primeira fase, salientou o ministro Nunes Correia, serão co-incinerados apenas 10 a 20 por cento dos resíduos industriais perigosos, estando previsto que os estantes sejam encaminhados e tratados nos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos, os chamados Cirver.

## 10 contributos para aumentar a participação dos militantes



OPINIAO  
CELSE GUEDES DE CARVALHO

celso.carvalho@evoluir.com

ANTÓNIO Sérgio, Jaime Cortesão e Raul Proença ensinavam que a liberdade se conquista confrontando ideias e preservando as relações humanas. Porque acredito no combate de ideias e na sua virtualidade decidi apresentar o meu contributo para as eleições das Concelhias e Federações que se aproximam. Aqui apresento uma lista de 10 ideias. Uma são alvo de algum debate. Outras puro senso comum.

### 1. Páginas na Internet (site)

É incrível mas ainda há Federações que não têm um simples “site”. Criar um “site” administrável e actualizado, pelo menos uma vez por semana. Criar ligações do “site” da Federação com os “sites” das Concelhias ou integrar tudo na mesma plataforma.

### 2. Meios de comunicação com os militantes

Na perspectiva de aumentar a comunicação das Federações e Concelhias com todos os militantes e tendo em atenção os recursos financeiros sempre escassos, poderá ser privilegiada a comunicação via SMS e e-mail. Dirão alguns: “Mas há pessoas que não tem e-mail...”. Dá-se então a opção de escolha aos

militantes e envia-se cartas apenas para aqueles expressarem essa vontade.

### 3. Newsletter

Fazer uma newsletter (jornal/resumo que utiliza a plataforma Internet), com as informações mais relevantes. Promover discussão sobre temas, entre outras iniciativas.

### 4. Assembleias distritais de militantes mensais

Realizar todos os meses uma reunião aberta a todos os militantes. Estas reuniões poderão ser precedidas das reuniões do Secretariado (básico).

### 5. Referendos internos

Promover referendos internos ao nível Federativo e Concelhio sobre temáticas locais, aumentando assim o leque de opiniões e de consensos.

### 6. Base de dados de militantes “on line”

Disponibilizar no “site” do PS, das Federações ou das Concelhias, a base de dados dos militantes, permitir a actualização dos dados pelo próprio militante, sendo assim possível actualizar facilmente a morada, profissão, habilitações, contactos. Dados mais fidedignos e actualizados será o resultado natural. Para garantir a segurança dos dados só será possível aceder a este serviço através de um código

(user: n.º de militante) e de uma palavra-chave (password, p.ex. BI).

### 7. Base de dados militantes de simpatizantes

Penso que estes públicos tem sido bastante negligenciados pelo PS. Assim devem ser desenvolvidos esforços para os fazer aparecer. Fazer um base de dados e comunicar com regularidade. Porque não a campanha traz um amigo?

### 8. Votações internas mais participadas

Para aumentar a participação nas votações internas é necessário explicar como se processam as votações, quais são os locais de voto, que os militantes elegem directamente os presidentes das federações (anteriormente era feita por delegados), qual a melhor forma de pagar as quotas... Divulgar esta informação em todos os órgãos de informação do partido e nas comunicações que a respeito de eleições sejam feitas com os militantes. Pode inclusive ser criado um serviço que digitando o número de militante, seja facultada essa informação. Não imagina a quantidade de pessoas que não vão votar porque simplesmente não sabem onde o poderá fazer.

### 9. Primárias para a eleição da lista de deputados

Quais são os critérios para fazer parte da lista de deputados? Qual é o perfil? Como ninguém

sabe responder a estas questões de uma forma objectiva e transparente, a minha proposta é que todos os militantes do PS, com os seus deveres cumpridos (nomeadamente pagamento de quotas), devam poder ser candidatos à lista de deputados à Assembleia da República.

A escolha será feita através da apresentação de candidatos que se submetem à votação de todos os militantes. A ordenação final da lista de deputados deverá ter em atenção os resultados alcançados. Assim, o primeiro será o que recolher mais votos e o último o que recolher menos votos. Mais transparência parece-me difícil.

### 10. Valor das quotas associado a acções concretas

Os militantes decidirem sobre a forma como querem ver aplicados os valores das suas quotas (mediante a apresentação de um plano de actividades).

Nas eleições que se aproximam é possível desenvolver acções que fiquem registadas nos livros da História do PS. Aos que vierem a ser eleitos peço ambição. Façam com que no futuro haja camaradas que lamentem terem estado afastados do PS. E que outros possam levantar-se e orgulhosos disserem: “Eu estive lá”.

*“Ninguém cometeu um erro maior do que aquele que nada fez porque era muito pouco aquilo que podia fazer” (Edmund Burke)*

# O cartão do cidadão é mais um passo na modernização do país

**Um documento para facilitar a vida às pessoas.**

A SIMPLIFICAÇÃO e desburocratização da vida dos portugueses, nas diversas áreas que compõem o seu quotidiano, foi uma das promessas que o Governo liderado por José Sócrates fez ao país.

Cumprir-se agora com o cartão do cidadão, que o primeiro-ministro apresentou no Centro de Congressos em Lisboa, e que a partir do próximo ano e de forma gradual irá substituir cinco dos mais importantes documentos de identificação em Portugal, mais umas destas fases.

Nele serão compilados os dados fiscais, de identidade, os referentes à Segurança Social, ao Serviço Nacional de Saúde e ainda o de eleitor, tudo isto num só documento do tamanho de um cartão bancário.

A simplificação e a racionalização, a par da desburocratização da Administração Pública, constituem áreas do seu Governo mais atenuadas tem vindo a prestar, desde que há cerca de um ano o Partido Socialista assumiu a responsabilidade de governar Portugal. A criação deste cartão insere-se pois na tarefa de desburocratização do sistema que o Executivo pretende empreender de forma rápida e sustentada a exemplo dos passos que entretanto já foram dados, nomeadamente no que refere à criação de novas empresas, com a denominada "Empresa na Hora", o "Balcão Único" ou com as medidas,



por exemplo, tendentes a agilizar a justiça, entre outras.

A partir de agora, é convicção do Governo, e à medida que este documento começa a fazer parte do quotidiano dos cidadãos, que tudo passará a ser mais cómodo mas também mais seguro, contribuindo para que as pessoas passem a gastar menos tempo na obtenção da sua documentação.

Quanto à necessária privacidade dos cidadãos, preceito aliás contemplado e devidamente enquadrado pelas normas constitucionais, e que constitui uma dúvida para alguns, o Governo garante que a Unidade de Coordenação da Modernização Administrativa (UCMA) assegurará que nada de ilegal se passará.

**Excluída a hipótese de cruzamento de dados**

Trata-se de um documento que pretende, antes demais, facilitar a vida aos portugueses, evitando que tenham que transportar, como sucede presentemente, uma quantidade por vezes exagerada de cartões de identidade pessoal.

Será um objecto do tamanho dos actuais cartões bancários, onde estarão disponíveis todas as informações que actualmente existem no Bilhete de Identidade, compreendendo ainda uma zona de leitura óptica e um chip.

Assim, este novo cartão único integrará o já referido BI, mas também o da Segurança Social, o do

Serviço Nacional de Saúde, o de contribuinte e ainda o cartão de eleitor.

Como a Constituição proíbe o número único, este sistema não será introduzido, mantendo-se deste modo os números de cada um dos cinco organismos que passarão a integrar o novo cartão.

A UCMA garante, por outro lado, que não haverá cruzamento de dados,

seguindo aliás uma recomendação da Comissão Nacional da Protecção de Dados Pessoais.

Para se ter uma ideia do aspecto físico deste novo documento, refira-se que haverá uma parte visível, correspondendo mais ou menos àquilo que é hoje o BI, podendo deste modo ser apresentado a qualquer pessoa que o solicite, ficando os restantes elementos inseridos neste cartão fora do alcance da curiosidade de um qualquer segurança que nos solicite a identificação, sendo o acesso à restante informação unicamente possível através da leitura óptica.

O Governo garante ainda, por outro lado, que não serão inseridos

**O QUE É O CARTÃO ÚNICO?**

Será um novo documento, idêntico ao tamanho de um cartão bancário, com parte da informação visível, tal como acontece com o actual BI, uma zona de leitura óptica e um chip. Para além dos dados pessoais, este novo cartão introduz ainda dois certificados digitais que vão permitir a autenticidade do seu titular e a assinatura electrónica que servirá para qualificar estes documentos.

**QUE CARTÕES VEM SUBSTITUIR?**

O cartão único passará a integrar, e portanto a substituí-los, além do BI, os cartões da Segurança Social, de eleitor, do Serviço Nacional de Saúde e ainda o cartão de contribuinte.

dados sobre a situação fiscal de saúde ou da Segurança Social dos utentes, ficando as informações de cada cidadão separadas por organismos, do mesmo modo como acontece com os actuais cartões, sendo que o acesso à informação de cada serviço só a ela poderá ter acesso o respectivo departamento.

R.S.A.

## Executivo vai criar 45 mil vagas em lares e creches

**Sócrates quer garantir uma rede social de equipamentos que dê a todos os portugueses igualdade no acesso às prestações sociais.**

O PRIMEIRO-ministro, José Sócrates, apresentou no passado dia 11 o Programa de Alargamento da Rede Nacional de Equipamentos Sociais (PARES), que contempla a criação, até 2009, de 45.700 mil novos lugares em lares e creches, 15 mil postos de trabalho, num investimento orçado em 450 milhões de euros.

Falando na apresentação do PARES, no auditório do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Sócrates afirmou que o objectivo deste programa é "recuperar do atraso e colocar Portugal ao nível do melhor que se faz na Europa" em matéria de equipamentos sociais.

As 45.700 mil novas vagas serão

distribuídas por creches, centros de actividades ocupacionais, lares residenciais, serviço de apoio domiciliário a pessoas com deficiência, centros de dia, lares de idosos e serviço de apoio domiciliário a idosos.

"Pretendemos nos próximos anos multiplicar por sete ou mais o investimento em equipamentos sociais", referiu o primeiro-ministro, que não deixou de lamentar o

desinvestimento registado durante a governação da direita.

"A redução foi tão significativa que nos fez andar para trás em termos de comparação internacional", afirmou.

Segundo Sócrates, em 2001, o Estado estava a investir cerca de 55 milhões de euros por ano em equipamentos sociais, verba que, em 2002, "se reduziu para níveis confrangedores". Ou seja, explicou, entre 2002

e 2005, o Estado investiu 60 milhões de euros em equipamentos sociais.

**Novo impulso às políticas sociais**

Com o plano agora apresentado, o Governo pretende "cortar com o desinvestimento do passado" e "dar novo impulso às políticas sociais", aumentando nos próximos quatro anos em 50 por cento o número de creches, em 30 por cento o serviço de apoio domiciliário a pessoas com deficiência, em 17,5 por cento os lares residenciais, e em 10 por cento os CAO, os centros de dias, os lares de idosos e os serviços de apoio domiciliários a idosos.

Uma das características da aplicação deste programa, financiado pelas verbas provenientes dos jogos sociais, é o planeamento territorial, de acordo com o documento.

O PERES, afirmou José Sócrates,

### 15 MIL NOVOS EMPREGOS

O PACOTE de investimento anunciado pelo primeiro-ministro em equipamentos sociais deverá gerar cerca de 15 mil novos postos de trabalho.

A criação destes empregos surge sem a necessidade de qualquer tipo de investimento público. Os 450 milhões de euros previstos são originários dos jogos sociais.

Deverão ser absorvidos profissionais ligados às áreas de assistência educativa, enfermagem, assistentes sociais, pessoal administrativo, entre outros.



# Investimentos marcam primeiro ano de Governo

**Sócrates apontou três desafios: consolidação das contas públicas, mais investimento e melhor qualificação do trabalho.**

J. C. CASTELO BRANCO

“O CLIMA de confiança no país e na nossa economia” que o Governo soube promover está na base dos contratos de investimento numa diversidade de sectores que têm sido assinados nos últimos tempos, afirmou o primeiro-ministro, no dia 6 no Porto, no encerramento da conferência “Porque investimentos em Portugal”, em que participaram os empresários Américo Amorim, Belmiro de Azevedo e Pedro Queiroz Pereira.

Durante a sessão realizada na Casa da Música que assinalou um ano de Governo socialista, foram assinados oito novos contratos de investimento com a Agência Portuguesa de Investimento (API), num total de 145 milhões de euros.

Num discurso em que pôs o acento tónico na “credibilidade, confiança e crescimento”, o chefe do Governo sublinhou que os investimentos protocolados significam um “novo ciclo modernizador”, em que se investe na “quantidade, qualidade e diversidade” dos projectos que se “espalham por todo o território nacional”.

Salientando que os empresários “têm um aliado no Governo para os ajudar a vencer”, Sócrates elencou



três desafios que se colocam à economia portuguesa: a continuação da consolidação das contas públicas, a criação de um clima de confiança que promova o investimento e a modernização tecnológica e consequente qualificação dos recursos humanos.

“Não temos alternativa. Temos que atacar os três ao mesmo tempo. Isso significa trabalho árduo em todos os sectores, escolas, empresas e na governação”, frisou.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro defendeu que a chave para

vencer as dificuldades é “definir uma estratégia e segui-la”, por “mais dificuldades e obstáculos” que se encontrem.

Neste quadro, considerou que “valeu a pena seguir uma política de rigor financeiro, que criou condições de credibilidade à economia portuguesa, gerando a confiança necessária ao investimento e ao crescimento económico”.

## Garantir o Estado Social

É que, explicou, o controlo do

Valeu a pena apostar num Estado mais amigo dos empresários. Aqueles que correm riscos têm no Governo um aliado

Vamos garantir o Estado social, para que ninguém fique para trás

A nossa agenda é a do crescimento económico

*José Sócrates*

Choque de investimentos deve-se ao Plano Tecnológico

Os empresários do Norte estão a ser os grandes protagonistas deste ciclo de inovação

*Manuel Pinho*

estão a subir e isso deve-se em primeiro lugar à estabilidade política e em segundo lugar à adopção pelo Governo de uma estratégia de crescimento que é o Plano Tecnológico”, disse.

Manuel Pinho desafiou os empresários a transformarem o actual “choque de investimentos” num “verdadeiro ciclo de investimento, inovação e modernização nos próximos cinco, 10 ou 15 anos”.

Referindo que investimento e inovação são “irmãos gémeos”, o ministro sustentou que investimento sem inovação é “mera acumulação de capital”, enquanto inovação sem investimento pode demorar décadas.

Manuel Pinho elogiou ainda os empresários do Norte, por estarem a ser “os grandes protagonistas deste ciclo de inovação”, sustentando ainda que “o empreendedorismo é o principal activo e riqueza de uma sociedade”.

Foram oito os contratos de investimento assinados pela Agência Portuguesa para o Investimento (API), cinco dos quais de grande volume e três referentes a pequenas e médias empresas. Cerca de 135 milhões referem-se aos projectos da Repsol Polímeros, Groz-Beckert Portuguesa, Polipropigal, Continental Mabor e Legrand Eléctrica. Os restantes 10,8 milhões dizem respeito aos investimentos da Dominó – Indústrias Cerâmicas, da Heliotêxtil e da Empresa Industrial de Borracha.

## Empresa na Hora coloca o país entre os primeiros da Europa

**Dentro de quatro meses Governo vai lançar Marca na Hora.**

DE ACORDO com o Governo, durante os primeiros dois meses deste ano, 41,5 por cento das empresas criadas recorreram ao projecto Empresa na Hora.

A Empresa na Hora é um projecto da responsabilidade do actual Governo liderado por José Sócrates, e constitui uma das iniciativas de maior sucesso levadas a cabo em Portugal nos últimos anos.

Dando seguimento e na perspectiva de alargar a todo o país a acção destes serviços, o primeiro-ministro anunciou que até ao próximo mês de Junho serão criados, pelo menos, mais sete ou oito novos postos de atendimento para o projecto Empresa na Hora, equipamentos que se juntarão assim aos 30 já existente e em pleno funcionamento.

Na perspectiva do primeiro-ministro, esta iniciativa caracteriza e simboliza o desejo e a aposta do Governo no apoio ao



desenvolvimento da actividade empresarial, sector que terá que se fortalecer, por um lado, tendo em vista a urgente recuperação económica do país, e, por outro lado, a

necessária criação de novos empregos.

Como reconheceu José Sócrates, o projecto Empresa na Hora, apesar do pouco tempo que leva de vida, já colocou Portugal entre os países da União Europeia onde é mais fácil e rápido criar uma empresa, recordando, a este propósito, o ministro da Justiça, que até há pouco tempo atrás eram precisos 25 a 30 dias para criar uma empresa”, cenário que, graças ao projecto Empresa na Hora, “foi completamente alterado sendo hoje possível constituir uma empresa em apenas 35 minutos”.

Na opinião de Alberto Costa, Portugal está no topo da escala europeia nesta matéria, algo que foi conseguido, como recordou, num espaço de tempo relativamente curto, o que vem provar que um país pequeno e relativamente atrasado em relação aos índices de desenvolvimento dos restantes parceiros comunitários pode encontrar as soluções e os caminhos adequados capazes de o ajudarem a inverter este panorama.

Igualmente com o objectivo de combater a

burocracia, no âmbito deste projecto, o Governo aprovou duas novas soluções que vão facilitar ainda mais a criação de novas empresas, nomeadamente eliminando a necessidade das escrituras públicas e pondo um ponto final na obrigatoriedade de publicação em “Diário da República”.

Garantido ficou igualmente, pelo primeiro-ministro, que dentro de dias será aprovada a eliminação dos livros de contabilidade, ficando apenas a ser obrigatório o livro de actas, abrindo-se assim caminho, como referiu, para que em Julho, altura em que se comemorará um ano do projecto Empresa na Hora, possa ser lançada uma nova iniciativa que se designará por “Marca na Hora”, expediente que permitirá às empresas registar uma marca numa hora.

Com efeito, e se tudo correr bem, como frisou José Sócrates, durante o próximo mês de Julho, será possível constituir marcas registadas numa hora à semelhança do que já acontece com a constituição de uma empresa.

R.S.A.



# Agenda de reformas para desenvolvimento de Portugal inspirada no modelo finlandês

**A orgânica e os critérios de financiamento na área da inovação empresarial vão ser revistos, num processo inspirado no modelo finlandês que decorrerá até início de 2007. O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro, José Sócrates, ao culminar a sua visita de 24 horas, no passado dia 5, àquele país escandinavo.**

“NÃO se trata de importar ou copiar um modelo de apoio à inovação”, esclareceu Sócrates, insistindo porém na ideia de que “o que aconteceu na Finlândia em termos de desenvolvimento deve servir-nos de inspiração” sobretudo ao nível da qualificação das pessoas e do aperfeiçoamento da estratégia de concretização do Plano Tecnológico.

Recorde-se que este país nórdico venceu a sua crise estrutural, no início da década de 90, fazendo uma aposta central na inovação, na educação e na tecnologia.

A Finlândia, considerado internacionalmente um caso de sucesso, disponibiliza os seus fundos públicos em conjunto às empresas e às universidades.

Já no nosso país, o actual modelo de financiamento estatal não força essa colaboração entre os estabelecimentos de ensino superior e as unidades empresariais, observando-se igualmente diferenças no que toca à tradição de “rigor” e “criteriosa selectividade” com que o Estado finlandês age relativamente aos projectos que decide financiar, direccionando os seus apoios apenas para projectos “com grande aplicação prática”.

E porque um dos objectivos da primeira visita oficial que o primeiro-ministro faz este ano ao estrangeiro passava por “aproveitar a experiência finlandesa”, José Sócrates informou os jornalistas que o acompanharam nesta deslocação que os responsáveis pelas três agências nacionais finlandesas para o desenvolvimento económico e tecnológico participaram num seminário em Portugal que deverá realizar-se entre Abril e o final de Junho de 2006.

Refira-se que estas três entidades que cooperarão com o nosso país estão vocacionadas para o capital de risco (SITRA), para a inovação tecnológica (TEKES) e para a ligação entre as universidades europeias (Academia da Finlândia).

Para o primeiro-ministro português, a nação escandinava é uma referência não apenas por ser hoje um país “altamente competitivo”, mas também por registar “elevados níveis de protecção social”.



“A Finlândia tem grande capacidade para competir com sucesso na economia global e, ao mesmo tempo, não desiste de ter um sistema de protecção social forte”, sublinhou.

## Sistema educativo impressiona Sócrates

Também na área da educação, aquele país nórdico tem uma forte componente inspiradora e José Sócrates mostrou-se mais do que uma vez “impressionado” com a organização do sistema finlandês de ensino, em particular na aprendizagem do inglês e na utilização pelos mais novos de meios informáticos.

Na visita que fez a uma escola de Helsínquia, propriedade deste município e considerada modelo ao nível do ensino básico, o primeiro-ministro ficou a saber que a autarquia suporta todos os custos de funcionamento do estabelecimento de ensino, incluindo livros e outros materiais escolares.

Sócrates ficou ainda a conhecer as principais linhas orientadoras da política finlandesa de combate ao insucesso escolar, que começou a ser implementada na década de 70, e que contempla, entre outras coisas, a presença permanente na sala de aula de um professor dedicado exclusivamente a ajudar os alunos que revelarem maiores dificuldades na aprendizagem de uma determinada matéria ou também aulas extras.

Os professores dos 12 graus de ensino antes dos níveis politécnico e universitário são seleccionados por decisão dos conselhos de escola – organismos com representantes da autarquia, dos pais, que incluem igualmente um elemento indicado pelo corpo docente e outro pelos alunos.

Até ao 12º ano de escolaridade, cada escola finlandesa é avaliada pelo seu desempenho, atendendo não só às notas averbadas pelos alunos nos exames nacionais, e as que registarem melhores índices têm direito a um reforço no seu orçamento.

Para além disso, a política de inserção social está igualmente presente no sistema educativo daquele país escandinavo.

Em Helsínquia, 11 por cento dos alunos são filhos de emigrantes, tendo direito a aulas na língua materna, com professores seleccionados pelas comunidades estrangeiras residentes em cada localidade do país a partir de uma lista fornecida pelas autoridades locais.

## Tratado da União não está morto

Nesta visita à Finlândia, em que foi acompanhado pelos ministros da Economia e da Inovação, Manuel Pinho, da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior, Mariano Gago, pelo secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Fernando Neves, pelo coordenador do Plano Tecnológico, Carlos Zorrinho, pelo presidente da Associação Portuguesa de Investimentos, Basílio Horta, entre outras personalidades, o chefe do Governo português deslocou-se à sede da empresa Nokia (a maior multinacional finlandesa) e ao Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento, uma entidade criada para apoiar o capital de risco.

Além destas visitas, José Sócrates manteve encontros de carácter político com o primeiro-ministro e a Presidente da República, respectivamente, Matti Vanhanen e Tarja Halonen, com quem debateu os principais temas em agenda na

União Europeia, designadamente a preparação da cimeira de chefes de Estado e de Governo da Primavera, dedicada à reforma económica, e a questão do Tratado Constitucional Europeu.

Neste último ponto, Sócrates recusou veementemente a perspectiva de que o Tratado da União tenha morrido, embora considerasse inviável qualquer acordo entre todos os Estados-membros com base no texto actual.

“A ideia de termos uma Constituição europeia não está morta”, afirmou categórico, acrescentando que “para haver uma Europa forte”, esta “precisa ter um tratado com objectivos políticos, económicos e diplomáticos claros”.

Na conferência de Imprensa conjunta com o primeiro-ministro finlandês, José Sócrates disse esperar que durante a presidência finlandesa, que se inicia no segundo semestre deste ano, “a União Europeia tenha já encontrado uma saída da crise institucional”.

No mesmo sentido, Matti Vanhanen classificou como “fácil” a afirmação de que o Tratado da União “está morto”.

“Fui membro da Convenção Europeia. Estive desde o início das negociações e sei que o texto final resultou de muitos compromissos difíceis”, recordou, vincando de seguida que a nova proposta de Tratado deve apenas conter “alterações marginais” face ao texto actual.

Manifestando-se de acordo neste aspecto com o seu homólogo, o governante português considerou que a nova solução constitucional para a Europa “deverá ser baseada e inspirada no actual documento”.

Depois, José Sócrates voltou a referir o seu empenhamento na reali-

## MILAGRE ECONÓMICO

O CHAMADO “milagre económico finlandês”, que permitiu a este pequeno e periférico país do Norte da Europa, relativamente pobre (no início dos anos 90 o PIB sofreu uma redução de 13 por cento, o desemprego disparou para os 20 por cento e dificuldades económicas conduziram a um forte desequilíbrio das contas externas e não descontrolo do défice que atingiu uma média de 5 por cento), transformar-se numa das economias mais competitivas do mundo, assenta na relação virtuosa entre produtividade, competitividade, inclusão social. Eis as suas principais características:

- Promoção das condições de captação de investimento directo estrangeiro, elegendo como principal factor competitivo a alta qualificação do trabalho;
- Concentração de recursos na formação superior e em I&D, sobretudo nas tecnologias da informação;
- Equilíbrio das contas públicas mediante a redução das despesas e do peso da função pública, acompanhado pelo aumento da eficácia dos serviços;
- Aplicação de uma estratégia de reestruturação económica assente na tradição finlandesa nos sectores de engenharia e das telecomunicações;
- Interação entre os sectores público e privado e entre universidades e empresas;
- Modelo de inovação assente numa política pública activa realizada por instituições bem estruturadas, num sistema universitário público, gratuito e de alta qualidade e numa política de liberalização, desregulação e privatização bem sucedida;
- Mercado de trabalho que combina flexibilidade com protecção colectiva, implicando impostos elevados e um nível de sindicalização na ordem dos 80 por cento.

M.R.

zação de um referendo sobre a União Europeia em Portugal, adiando contudo que uma tal consulta popular só será oportuna quando houver um acordo dos 25 em torno de um novo texto constitucional europeu.

Ainda em relação à agenda europeia, Sócrates sublinhou em Helsínquia o facto de ter sido a Finlândia o primeiro Estado-membro a levantar todas as restrições à livre circulação de cidadãos de países do último alargamento, indicando que Portugal também a adoptará a partir de Maio deste ano.

M.R.

# O ano da mudança

O primeiro ano de governação socialista ficou marcado por um vasto conjunto de reformas, no quadro de uma agenda de mudança e de modernização para Portugal. Um ano em que o PS soube ser fiel ao programa com que se apresentou ao eleitorado, e que tinha como prioridades lançar as bases para uma economia mais moderna, capaz de competir, de crescer e gerar emprego,

proceder à consolidação efectiva das contas públicas e promover a coesão social. Um ano em que os portugueses viram um primeiro-ministro, com visão de futuro, determinado a fazer as reformas estruturais que o país precisa e a enfrentar atavismos, bloqueios e interesses corporativos em nome do interesse geral.

## PLANO TECNOLÓGICO



É a aposta estratégica do XVII Governo Constitucional. Com este plano prevê-se duplicar o investimento em investigação e desenvolvimento (I&D) no quadro da legislatura. No âmbito do Plano Tecnológico (PT), já foram lançadas iniciativas como a “Empresa na Hora”; o “Incentivo Fiscais à I&D”; o “Programa de Incentivos às Infra-estruturas Prioritárias”; o “Ligar Portugal”; as “Novas Oportunidades”; o “Inov-Jovem” e o “Inov-Contacto”, o “Inglês no ensino básico” e a reorientação estratégica do “Programa Prime”.

Ainda no âmbito do PT está prevista uma colaboração entre organismos portugueses ligados à ciência e o Massachusetts Institute of Technology (MIT), onde se prevê, entre outras, uma cooperação na área das tecnologias de informação, em parceria, numa primeira fase, com a prestigiada universidade norte-americana de Carnegie Mellon (CMU).

A energia eólica constitui igualmente outra vertente do Plano Tecnológico.

## EMPREENHIMENTOS DE FUTURO: OTA E TGV



Foi tomada a decisão de se avançar com investimentos num novo aeroporto na Ota e de construir duas linhas de TGV (Lisboa-Porto e Lisboa-Madrid), infra-estruturas indispensáveis que beneficiarão a economia nacional e terão um impacto muito positivo no crescimento e no emprego.

## INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS

No âmbito do Programa de Investimentos em Infra-Estruturas Prioritárias (PIIP), estão previstos investimentos, a aplicar durante a legislatura, de cerca de 25,1 mil milhões de euros. Esta verba será canalizada para infra-estruturas básicas, como no sector do ambiente, da energia, dos transportes, mas também na área da cultura e no apoio social, para onde serão dirigidos investimentos na ordem dos 16,8 mil milhões de euros.

## PROGRAMA PRIME



O Governo pôs em marcha o Programa de Incentivos à Modernização da Economia (Prime), disponibilizando 180 milhões de euros para o investimento durante 2005.

O objectivo principal do Prime aponta para a promoção da produtividade e competitividade das empresas portuguesas, assentando num princípio base que visa premiar o mérito e os resultados dos projectos, privilegiando a criação e o valor acrescentado.

## EMPRESA NA HORA

É outra das medidas emblemáticas aprovadas. Trata-se de uma iniciativa cujo alcance reveste-se da maior actualidade, na perspectiva do combate à burocracia e uma ajuda decisiva na modernização das empresas e da economia portuguesa. Em poucos meses de actividade, esta iniciativa tem vindo a revelar-se um enorme êxito, tendo-se já registado, desde Junho de 2005, a criação de cerca de 3600 novas empresas.

## COMBATE À FRAUDE E EVASÃO FISCAIS

Imagens de marca deste Governo tem sido também o combate à fraude e evasão fiscais, no quadro de contenção das contas públicas, de que são exemplo a intensificação do cruzamento de dados entre o Fisco e a Segurança Social, o fim do sigilo fiscal, o plano de acção para evitar a prescrição de

dívidas fiscais, a criação de mecanismos que evitem a “lavagem” de dividendos.

Mas também o agravamento das sanções por incumprimento fiscal, a reposição da tributação em Imposto de Selo das doações de valores monetários, e a introdução de novos limites à utilização de benefícios fiscais pelas empresas em sede de IRC, entre outras medidas.

## PLANO NACIONAL DE EMPREGO



Mais de cem mil licenciados desempregados são abrangidos pelo programa específico de intervenção para a promoção do emprego a ser implementado até 2008, numa iniciativa do Executivo do PS que implica um investimento de 237 milhões de euros.

## LIMITAÇÃO DE MANDATOS

Visando contribuir para a renovação da classe política, uma das primeiras propostas apresentadas pelo Governo do PS foi a limitação de mandatos de cargos políticos executivos, como o primeiro-ministro, presidentes dos governos regionais e presidentes de câmara e juntas de freguesia.

## LEI DA NACIONALIDADE

Foi aprovada por uma maioria de cerca de 80 por cento dos deputados. Promove a inclusão e integração social dos imigrantes. É uma lei equilibrada, mas não uma lei de facilidades e que acaba com a injustiça de não conceder a nacionalidade àqueles que aqui nasceram. É uma lei que honra o Governo e o país, pelo que significa de humanidade, de visão de futuro, de justiça e de solidariedade.

## CARTÃO DO CIDADÃO

Este novo documento, que começará a fazer parte da vida dos portugueses já a partir do último trimestre deste ano, e que terá como cenário piloto a Região Autónoma dos Açores,

integrará os dados actualmente constantes no Bilhete de Identidade, nos cartões de utente da Segurança Social, Serviço Nacional de Saúde, e ainda nos cartões de eleitor e de contribuinte.

## DOCUMENTO ÚNICO AUTOMÓVEL

O Documento Único Automóvel (DUA) dá corpo a uma importante medida de desburocratização dos serviços do Estado.

O DUA foi possível através da criação do certificado de matrícula onde é agregada a informação constante no título de registo de propriedade do automóvel e no livrete do veículo.

## AGILIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Volvido um ano de actividade, já se começaram a cumprir seis dos princípios anunciados no âmbito de um Plano de Acção para o Desenvolvimento dos Tribunais: a litigância de massa; as dívidas de prémios de seguros; outras pequenas dívidas; os cheques sem previsão até 150 euros e a transformação das transgressões e contra-ordenações a serem punidas fora dos tribunais.

## FÉRIAS JUDICIAIS



Uma das primeiras medidas que o Governo socialista tomou com o objectivo de melhorar e descongestionar a Justiça passou pela redução do período de férias judiciais de Verão para um mês.

Com esta medida, pretende conseguir-se, por um lado, retirar o máximo rendimento dos recursos humanos e materiais actualmente entregues, e por outro lado a ajudar a aumentar a produtividade dos tribunais.

## MEDIAÇÃO PENAL

Outra iniciativa tomada para descongestionar os tribunais e agilizar a Justiça é a Mediação Penal, que introduz a possibilidade



de mediação célere entre arguido e vítima no processo penal, resolvendo assim crimes de menor gravidade fora dos tribunais.

## RENOVAÇÃO DO PARQUE INFORMÁTICO DOS TRIBUNAIS

O Ministério da Justiça anunciou o investimento para este ano de dois milhões de euros na remodelação do parque informático de mais de 90 tribunais.

## UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR

A criação das Unidades de Saúde Familiar (USF) está entre as medidas mais emblemáticas na área da saúde. As USF são a unidade nuclear de prestação de cuidados de saúde de proximidade ao cidadão, constituída por uma equipa multidisciplinar capaz de garantir um plano assistencial a uma população determinada, ao nível dos cuidados de saúde primários.

## FIM DO MONOPÓLIO DAS FARMÁCIAS



Um ano depois do anúncio de Sócrates na tomada de posse do XVII Governo de pretender pôr fim ao monopólio da venda de remédios nas farmácias, são já 62 os postos de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica em grandes superfícies, com reflexos positivos nas bolsas dos consumidores, que ali podem adquirir medicamentos entre sete a nove por cento mais baratos.

## HOSPITAIS SA PASSAM A EPE



Tal como prometido na campanha eleitoral, o Governo durante o primeiro ano de mandato já transformou 36 hospitais SA em EPE (Entidades Públicas Empresariais), por considerar que é imprescindível que os cuidados de saúde para todos sejam assegurados por organismos públicos. O objectivo é que haja nos hospitais um sistema

empresarial que assegure uma maior flexibilidade e melhores condições de gestão.

## POLÍCIA EM MOVIMENTO

Para permitir um mais eficaz combate às infracções e à insegurança rodoviária, o Ministério da Administração Interna lançou o programa "Polícia em Movimento". Trata-se de um projecto que dotou as viaturas da PSP e GNR de meios tecnológicos móveis e os militares e agentes apeados de meios informáticos.

## MAIOR CONTROLO DE ARMAS

O acesso a armas de fogo e a explosivos



foi restringido e o reforço dos meios e das competências das forças de segurança no que concerne a acções preventivas de combate à criminalidade foram apostas do Governo na área da segurança interna.

## PROCESSO DE BOLONHA

A reorganização do ensino superior em Portugal, harmonizando métodos, cursos e soluções no âmbito da Europa Comunitária, foi objecto da aprovação por parte do Governo de um novo edifício legislativo propício à sua implementação com efeito já a partir do próximo ano lectivo.

Com este novo caminho, pretende-se que os métodos do ensino superior passem de um modelo essencialmente baseado na transmissão teórica de conhecimentos, para um ensino que pretende valorizar sobretudo o trabalho dos alunos e a efectiva aquisição de competências, estabelecendo os objectivos de cada ciclo de estudos nos ensinos politécnico e universitário.

São fixados 6 semestres como duração normal para uma licenciatura no politécnico, enquanto a licenciatura no ensino superior universitário terá uma duração de 8 semestres.

## REESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Iniciou-se finalmente a aguardada reforma do aparelho do Estado que tem passado, entre outros aspectos, pela reorganização da administração central, pela partilha de serviços entre ministérios, pela desconcentração de serviços, pela revisão do actual sistema de carreiras e remunerações da função pública, pela suspensão temporária da progressão automática dos trabalhadores do Estado e pela limitação das regalias dos administradores de empresas de capitais públicos.

Para o final do mês está anunciada a apresentação do PRACE – Programa de

Reestruturação da Administração Central do Estado.

## REFORMA DA SEGURANÇA SOCIAL

Fiel aos princípios da justiça e da igualdade de oportunidades, o Governo decidiu integrar no Regime Geral de Segurança Social todos os funcionários que entrem novos na administração pública e equiparar os sistemas público e privado de protecção na doença, fixando em 65 por cento o respectivo subsídio.

Este primeiro ano de governação do PS ficou ainda marcado, neste sector, pela tentativa determinada de travar a actual tendência para a antecipação da idade da reforma e pelo fim dos regimes de excepção na função pública no que respeita ao cálculo das pensões, idade da reforma e prestações excepcionais, bem como pelo fim dos privilégios das subvenções vitalícias dos titulares de cargos públicos.

## TÁXI SEGURO



Setecentas viaturas de transporte colectivo de nove concelhos da Grande Lisboa protegidas pelo Táxi Seguro estarão a circular até Junho deste ano. Trata-se de um inovador sistema segurança baseado numa combinação tecnológica inédita que permite instalar nos táxis aderentes um uma ligação directa à polícia, de forma a combater as ameaças à segurança dos condutores. O investimento ronda os 500 mil euros.

## INGLÊS NO ENSINO BÁSICO

O ensino do Inglês a partir do 1º ciclo do ensino básico, um dos principais compromissos eleitorais do PS na área da educação, é já uma realidade. Noventa por cento dos alunos do 3º e 4º anos das escolas públicas já aprendem a língua de Shakespeare, instrumento fundamental para sermos um país mais competitivo à escala global.

## ESTABILIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Rompe-se com o passado no que toca ao concurso de professores. A palavra de ordem é estabilidade no corpo docente. O próximo processo de colocação e abertura de vagas para professores só vai acontecer em 2009. A partir daí, continuarão a realizar-se de quatro em quatro anos, sendo estas colocações plurianuais extensíveis a todos os docentes, incluindo os que não têm vínculo ao Estado.

## ESCOLA A TEMPO INTEIRO

Honrando o compromisso assumido com os eleitores, o Governo avança com o

projecto de Escola a Tempo Inteiro para todos e em todas as zonas do país. Neste âmbito, decidiu-se alargar o período de funcionamento das escolas de ensino básico, generalizar o fornecimento de refeições, possibilitar a ligação de todas as escolas à Internet em banda larga, reforçar a rede de bibliotecas escolares e aplicar medidas de combate ao insucesso escolar que passam pelas aulas de substituição em casos de falta ou furos e pela criação de escolas integradas/centros escolares.

## COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS

Trata-se de uma nova frente de combate à pobreza dos idosos, através da criação de uma prestação extraordinária, para que finalmente nenhum pensionista tenha que viver com um rendimento abaixo dos 300 euros mensais. Em 2006 esta medida abrangerá os idosos com mais de 80 anos de idade, e nos dois anos seguintes está previsto que esta prestação chegue aos idosos com 65 anos de idade.

## MAIS MOBILIDADE PARA OS DEFICIENTES

A eliminação de barreiras arquitectónicas em edifícios e equipamentos colectivos, a abertura de 400 estágios em empresas privadas, a construção de 20 unidades residenciais e a reabilitação profissional de 800 cidadãos vítimas de acidentes de trabalho são algumas das medidas que se destacam no I Plano de Acção para a Integração da Pessoa com Deficiência.

## NOVAS REGRAS PARA USO DA ÁGUA E ORDENAMENTO DA COSTA



Foi aprovado o plano de ordenamento da costa algarvia e definidas regras para a gestão dos recursos hídricos nacionais e dos parques naturais. Os autores de crimes ambientais passam a ser alvo de sanções e de registo num cadastro nacional de infractores.

## LEI DA PARIDADE

No quadro do aprofundamento da qualidade da nossa democracia, foi apresentado na Assembleia da República o projecto de lei da paridade. O documento estabelece que as listas eleitorais para os parlamentos nacional e europeu e ainda para as autarquias devem assegurar na sua composição uma representação de pelo menos um terço (33,3 por cento) de cada sexo.

## Socialistas avançam com lei da paridade

NO QUADRO do aprofundamento da qualidade da nossa democracia, o Grupo Parlamentar do PS apresentou o projecto de lei da paridade na Assembleia da República, assinalando assim o Dia Internacional da Mulher.

O documento, que os deputados socialistas querem ver aprovado com carácter de urgência na sessão plenária do próximo dia 22, estabelece que as listas eleitorais para os parlamentos nacional e europeu e ainda para as autarquias devem assegurar uma representação de pelo menos um terço (33,3 por cento) de cada sexo.

No projecto está igualmente prevista a rejeição pelos tribunais das listas que não respeitem este limite mínimo na sua composição.

Torna-se desta forma obrigatória uma norma já aplicada internamente pelo PS há uma década e que nas últimas legislativas foi cumprida em absoluto, levando ao aumento substancial das deputadas na Assembleia da República (actualmente, dos 61 mandatos femininos em exercício, 46 são do Partido Socialista).

Refira-se que a maioria socialista recupera neste projecto de lei da paridade conteúdos defendidos em iniciativas legislativas anteriores.

A semelhança do nosso diploma de 2003 sobre esta matéria, o projecto apresentado agora precisa que a quota de um terço deve ser cumprida na totalidade das listas eleitorais sempre que se trate de círculos uninominais.

Já no caso dos círculos plurinominais, as listas não poderão integrar consecutivamente mais de dois candidatos do mesmo sexo, ficando deste modo encerrado o expediente prático de colocar as mulheres no limiar da previsível elegibilidade.

Por outro lado, não ficam obrigadas a cumprir a quota mínima as listas "para os órgãos de freguesia com 500 ou menos eleitores" ou "de municípios com cinco mil ou menos eleitores".

Na exposição de motivos do diploma, os socialistas constatarem que ainda nos nossos dias "continua a verificar-se um acentuado desfasamento entre a composição do universo eleitoral e a composição dos representantes eleitos", facto pelo qual importa "equacionar e introduzir instrumentos que garantam a efectiva participação e representação de géneros", tanto mais quando "a revisão constitucional de 1997 reflecte exactamente esse objectivo", passando a exigir um a "imposição legal dessa igualdade de participação".

Segundo os deputados do PS o projecto de lei da paridade baseia-se "num novo conceito e visa a efectivação concreta dos direitos das mulheres", tendo por fim último aperfeiçoar o nosso sistema democrático.

"A sub-representação das mulheres corresponde a um défice participativo susceptível de inquirir o universalismo republicano e a igualdade que o fundamenta", afirma-se na exposição de motivos, onde se conclui de seguida que "a paridade é o único meio de suprimir esse défice".

M.R.

# Paridade é um imperativo para a qualidade da democracia

## IGUALDADE DE GÉNERO

**No dia em que uma mulher assumiu o comando de um navio da armada portuguesa pela primeira vez na história do nosso país, José Sócrates foi à Assembleia da República manifestar o seu "apoio total" à "imposição legal da paridade".**

MARY RODRIGUES

AS QUESTÕES da igualdade entre homens e mulheres e da paridade no acesso a cargos de exercício de poder são determinantes para um desenvolvimento sustentável e respeitador dos princípios constitucionais e de justiça social. Esta a ideia central do discurso proferido pelo primeiro-ministro, José Sócrates, no encerramento da conferência parlamentar "A mulher na vida pública", promovida pela bancada socialista para assinalar o Dia Internacional da Mulher.

Numa intervenção pautada pela convicção de que a promoção da igualdade passa por políticas pró-activas e pela instituição de instrumentos legais que a salvaguardem na prática, o líder do PS garantiu que a defesa dos direitos das mulheres está "no coração da esquerda moderada moderna".

Manifestamente céptico quanto à "evolução natural" da sociedade no sentido da resolução dos problemas de discriminação que ainda hoje afectam a população feminina em Portugal e no Mundo, Sócrates alertou para a persistências de "resistências muito profundas" às mudanças há muito reivindicadas e que estão consagradas constitucionalmente.

Saudando o facto do Grupo Parlamentar do PS ter apresentado na mesa da Assembleia da República o projecto de lei que visa impor uma quota mínima de um terço de mulheres nas listas para as eleições legislativas, autárquicas e europeias por ocasião do dia 8 de Março, o primeiro-ministro advogou que a ausência de uma tal lei significaria "uma dilatação por muitos anos da discriminação das mulheres nos cargos políticos".

Aos que criticam a aprovação de uma lei da paridade, José Sócrates lembra que uma das razões para que ela exista reside em que "a Constituição manda expressamente que haja".

Após citar os artigos 9º e 109º da Lei Fundamental que indicam como tarefa do Estado "promover a igualdade" e estabelecem a obrigatoriedade desta promoção dever ser expressa no quadro legal, José Sócrates contestou o suposto carácter humilhante que a direita quer colar à questão das quotas, dizendo que esta abordagem não passa de "desculpa



para deixar as coisas como estão".

De seguida, o primeiro-ministro apresentou a agenda do Executivo para cumprir o desiderato da igualdade de género (ver caixa) para terminar admitindo que muito resta por fazer neste domínio, comprometendo-se porém a orientar as políticas governativas visando um conceito moderno de família, "onde não são admissíveis desigualdades de direitos", como acontecia no passado.

### Socialistas decididos a "agir através lei"

A abrir a conferência que decorreu na sala do Senado da Assembleia da República, o presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Alberto Martins, reforçou ideia da necessidade de "agir através da lei" em benefício da igualdade.

"A grande questão é garantir um patamar mínimo", disse, adiantando que o PS vai utilizar o seu agendamento potestativo de 22 de Março para aprovar o projecto de lei da paridade.

Para o líder da bancada socialista, a luta contra a sub-representação das mulheres nas diferentes esferas da vida pública não se passa essencialmente por assegurar uma "distribuição equitativa da participação dos géneros" que assegurará - defendeu - o desenvolvimento de um sistema mais justo.

"A democracia, ou é paritária, ou não é democracia", considerou, citando depois a Constituição da República para reafirmar a justiça e oportunidade de iniciativas legislativas como a imposição de quotas.

"Os sistemas políticos modernos exigem novas formas de representação sensíveis à necessidade de género", concluiu, depois de ter

sublinhado que internamente, o nosso partido é o único que tem aplicado internamente a regra dos 33 por cento e que esse feito resultou no facto que muito nos orgulha: "das 61 mulheres deputadas que actualmente exercem o seu mandato na Assembleia da República, 46 mulheres são do PS".

Também Maria de Belém Roseira interveio na sessão advogando em favor da imposição legal da quota feminina, porque atendendo aos constrangimentos que persistem em matéria de igualdade, "se se abrandar a pressão, a regressão acontece".

Para a deputada, a paridade é "um direito humano fundamental", facto pelo qual a política não deve excluir indivíduos em função do sexo.

Criticando aqueles que consideram a lei da paridade inconveniente e desnecessária, Maria de Belém sustentou que "a não existência de mecanismos de promoção da igualdade seria uma inconstitucionalidade por omissão".

"Uma democracia sem mulheres é uma democracia incompleta", rematou, insistindo ainda na ideia segundo a qual a participação feminina amplia a base de complementaridade assente nas diferenças de género e enriquece, por isso, os sistemas políticos.

### Complementaridade e a participação no poder

A jornalista Ana Sá Lopes fez uma intervenção em que destacou alguns dos estereótipos aplicados às mulheres que exercem chefias na vida pública, referindo-se às recorrentes apreciações feitas ao cabelo e à ideia da mulher doce, histórica e/ou mal-amada, para concluir concordando que as quotas são "a única maneira de se chegar a algum equilíbrio, dada

a resistência dos aparelhos partidários".

Também a investigadora em História das Ideias Políticas Zília Osório de Castro apontou para a existência de "maiores resistências ao feminino no espaço de poder ou decisão", mas colocou o cerne do desafio que as mulheres devem enfrentar, à capacidade que estas devem ter para propor o seu mundo como alternativa e não como opositor do mundo masculino, numa lógica que vise a complementaridade e não o confronto.

Um olhar atento sobre a área das ciências permitirá constatar que a participação feminina atinge percentagens elevadas no início e no exercício da carreira, mas a sub-representação passa a ser uma dura realidade nas posições de topo e na formação mais avançada. O testemunho é da professora catedrática Leonor Parreira, para quem os mecanismos de discriminação das mulheres nos sistemas de saber estão ao nível do subconsciente, distinguindo-se por serem muito mais sutis, na medida em que permitem o uso das aptidões femininas, embora tornando a mulher cada vez mais invisível.

Para denunciar os "consensos conceptuais" que se constroem socialmente numa esfera onde continuam a existir mecanismos reguladores de acesso e onde a "conciliação é toda ela pensada no feminino quando se trata de serem todos a conciliar", usou da palavra a presidente da Subcomissão Parlamentar para a Igualdade de Oportunidades, Maria do Rosário Carneiro, para quem "a paridade é uma questão de poder e este não se cede ou partilha, conquista-se".

Sobre as "contradições" que se repetem na carreira diplomática entre "o quadro legal existente e as tradições da casa" falou Luísa Bastos de Almeida, para quem a paridade na decisão no sector governativo dos Negócios Estrangeiros está longe de ser alcançada.

Por sua vez, a actriz e realizadora Inês de Medeiros colocou a tónica na constatação de que a esmagadora maioria dos feitos importantes e corajosos alcançados por mulheres terem lugar na "clandestinidade", lamentando ainda "o altíssimo preço" que muitas tiveram e têm de pagar quando desempenham papéis sociais que implicam contínua exposição pública, onde lhes é exigida perfeição e estão "permanentemente na mira da arma do ridículo".

A terminar o leque de intervenções, a socióloga Anália Torres chamou a atenção para o facto de todas as matérias que se discutem hoje nas instâncias europeias se cruzarem com a temática da igualdade, porque, explicou "esta é uma questão civilizacional e não apenas feminina e por isso é preciso colocá-la nas agendas pública e parlamentar".

## AGENDA PRÓ-PARIDADE

- Revisão do Código Penal para incluir sanções mais severas nos casos de violência doméstica e de tráfico de seres humanos.
- Criação da figura do conselheiro local para a igualdade nos municípios.
- Aumento em 50 por cento do número de lugares em creches.
- Introdução de três novos requisitos na política de cooperação portuguesa: promoção da saúde sexual e reprodutiva, combate à SIDA e defesa dos direitos das mulheres.



# PS na vanguarda das políticas para a igualdade

## DIA INTERNACIONAL DA MULHER

**Maria Manuela Augusto tomou posse como presidente do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas no dia em que a bancada socialista deu mais um passo em frente na luta pela igualdade com uma iniciativa legislativa que visa promover a paridade.**

MARY RODRIGUES



OS NOVOS órgãos dirigentes do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas tomaram posse a 8 de Março, num clima de grande satisfação pelos avanços que em matéria de igualdade e paridade têm sido protagonizados pelo PS, tanto no plano interno quanto na esfera da política nacional, nesta última com a apresentação no Parlamento de um projecto de lei que impõe um mínimo de representação de 33,3 por cento de mulheres nas listas eleitorais.

Presente na sessão realizada no salão nobre da sede nacional, José Sócrates felicitou a nova presidente do DNMS, Maria Manuela Augusto, a quem desejou também os maiores sucessos no exercício das suas novas funções, manifestando-se “certo” de que “ocupará o novo cargo com o brilho e a competência a que sempre nos habituou na sua militância”.

O líder socialista elogiou igualmente esta estrutura feminina, afirmando que “é muito importante para o PS” enquanto “sinal de que as matérias da igualdade de género são consideradas da maior prioridade política”, reconhecendo que sem a sua acção o partido não aplicaria internamente as quotas de género.

Reafirmando em grande parte os pontos centrais de uma intervenção de apoio

público à lei da paridade que proferira, de manhã, na sala do senado da Assembleia da República, Sócrates voltou a frisar que a imposição de uma quota feminina “é o único modo de alterar a sub-representação das mulheres”, subscrivendo o argumento apresentado momentos antes por Edite Estrela, segundo o qual “quem está sentado na cadeira do poder não se levanta se não for obrigado”.

Após a aprovação e a entrada em vigor da lei da paridade, haverá outros problemas a resolver numa temática tão vasta como a igualdade, mas José Sócrates garantiu que, com esta iniciativa, os socialistas poderão orgulhar-se de “deixar um país melhor do que o que encontramos”, porque “proseguiu – “o nosso partido é o partido certo para lutar pelas mulheres portuguesas”.

“Será um avanço que ficará a crédito do PS” e “uma das leis que mais orgulha a maioria”, afirmou perante as dezenas de militantes que assistiram à tomada de posse e à palestra sobre “As consequências de se ser mulher”, que contou com a participação da eurodeputada Edite Estrela e do secretário de Estado da Presidência do Conselho de

Ministros, Jorge Lação.

No discurso de abertura da sessão promovida pelo DNMS para assinalar o Dia Internacional da Mulher, a nova presidente do departamento, Manuela Augusto, sustentou que a causa da igualdade “é de todos e de todas, se quisermos viver num mundo mais justo, fraterno e harmonioso”.

A dirigente socialista considerou que neste início de mandato do Departamento “é tempo de planear, organizar, mas sobretudo é tempo de agir”, tendo como pano de fundo a convicção de que a partilha de poder de decisão entre mulheres e homens “só pode fortalecer e enriquecer a nossa democracia”.

Agir – continuou – é também “pensar, reflectir e dizer de forma clara e determinada que quando falamos em políticas de igualdade de géneros, estamos a falar de transportes e de habitação, de horários e de trabalho, dos jovens e dos menos jovens, de saúde e de educação, de maternidade e de paternidade, de política fiscal, de reformas, do futuro”.

Saudando o facto do PS ter percorrido já um caminho que “nos orgulha e fala por si”

em matéria de igualdade, Manuela Augusto concluiu que a existência dos departamentos nacional e federativos de mulheres, a assunção estatutária da necessidade de incluir uma quota mínima nas listas para todos os órgãos, para as eleições autárquicas, legislativas e para o Parlamento Europeu, “coloca o nosso partido na vanguarda em relação àquilo que é a realidade político-partidária de Portugal”.

## Paridade é condição de desenvolvimento

Para a eurodeputada socialista Edite Estrela, “está mais do que na altura de se congregarem esforços para reforçar a representação política do feminino”.

A ex-mandatária da candidatura de Manuela Augusto à liderança do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas falou com esperança nas mudanças em prol da igualdade que se vão registando no panorama mundial, referindo-se ao caso das presidentes da Finlândia, da Libéria e do Chile, sem contudo esquecer que mesmo as mulheres que alcançam os topos das hierarquias de poder são ainda hoje confrontadas com estereótipos que importa continuar a “combater com determinação”.

No plano nacional, a camarada Edite Estrela advogou a necessidade de se proceder a uma imposição da obrigatoriedade da quota feminina pela via legislativa.

“Os estudos apontam e os factos confirmam: a quota é a única forma efectiva de se alcançar a paridade representativa em cargos políticos e públicos”, concluiu.

Por sua vez, Jorge Lação deu testemunho do que em matéria de igualdade se tem feito e se está a fazer no âmbito da actividade governativa, recordando as políticas de acção social e de apoio às mulheres e a criação de um Conselheiro para a Igualdade nos concelhos, entre

## MULHERES SOCIALISTAS REUNIRAM CONSELHO CONSULTIVO

Sob a presidência de Maria Manuela Augusto, o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas procedeu à instalação dos novos órgãos desta estrutura, numa reunião que decorreu, no passado dia 4, na sede nacional do Largo do Rato.

Após a tomada de posse do novo Conselho Consultivo, foi ratificado por unanimidade o Secretariado Executivo.

As Mulheres Socialistas aprovaram, entre outros documentos, o Plano de Actividades e uma recomendação aos candidatos e candidatas aos órgãos electivos regionais, concelhios e locais do partido, no sentido de “ser garantida uma representação não inferior a 33 por cento de militantes de qualquer dos sexos”, nas listas concorrentes aos federações, concelhias e secções.

Na reunião, foi ainda eleita a Comissão Eleitoral e o Regulamento Eleitoral para as próximas eleições aos Departamentos Federativos das Mulheres Socialistas.

outras iniciativas em marcha.

Segundo Lação, nesta altura de grandes desafios para Portugal, “a valorização do capital humano passa também pela promoção efectiva da igualdade” isto porque – considerou – “se há critério de avaliação que espelha bem o grau de desenvolvimento e modernidade de uma sociedade ele é propriamente a concretização na prática de uma política para a paridade do género”.

## Quem saiu da sombra



LUÍSA SALGUEIRO  
Deputada na AR

DEPOIS de umas raras figuras femininas detentoras, ou pelo menos manipuladoras, de poder na Antiguidade, em que se destaca Cleópatra, o túnel das sombras tomou-se demasiado longo, mas não isento de aprendizagem. As mulheres, que mantiveram as chamas culturais dos lares, conquistaram, milímetro a milímetro, posições na sociedade civil. Para além disso, ainda na categoria das excepções, neste dealbar do século XXI, vemos a surpresa com que os noticiários se referem às mulheres que conquistaram, por direito próprio, os seus lugares de destaque nas Forças Armadas, nas polícias, nas áreas tecnológicas que os homens tinham naturalmente reservadas para seu uso de género.

As luzes da ribalta foram ficando as mulheres que ao longo dos tempos souberam sair naturalmente da sombra. A família, onde a mulher parecia estar secundarizada pelo eterno primeiro poder do homem, foi a primeira instituição a reconhecê-la, obrigando a sociedade a legislar os foros de igualdade entre o casal. Aspectos ridículos de há apenas umas dezenas de anos foram suprimidos. E refreio à impossibilidade da mulher ultrapassar os marcos fronteiriços sem autorização escrita dos maridos, da necessidade de dispor de bons dotes para poderem casar com, por exemplo, oficiais das Forças Armadas, substituindo assim o Estado no conceder meios de razoável nível de vida dos seus centuriões! Bem, não falemos já das telefonistas que só muito tardiamente receberam a possibilidade oficial de poderem unir-se pelo casamento

com o homem dos seus sonhos!

Finalmente, o Portugal de após-Abril, com a engª Maria de Lourdes Pintassilgo, mostra ao mundo a primeira mulher europeia no papel de primeiro-ministro e por pouco não a apresentava também como Presidente da República!

Um dos episódios mais surpreendentes de *A Volta ao Mundo em 80 dias*, de Júlio Verne, é quando o protagonista Phileas Fogg salva a viúva de um dignitário indiano da pira onde seria imolada apenas porque ficara viúva e não deveria sobreviver ao marido! Costume bárbaro, convenhamos.

Também, recentemente, em todos os ecrãs dos computadores gritava o apelo para ser salva uma mulher que tivera um filho fora do matrimónio e a justiça tradicional nigeriana implicava que ela fosse enterrada viva com a cabeça de fora e depois morta à pedrada! Foi salva pela opinião pública. Em todo o Vale do Ave, são as operárias que suportam sobremaneira a vaga de despedimentos na indústria têxtil padecem uma forma de tormento não menos indigna. Mas há mulheres, essas ao volante de potentes carros de corrida, lançadas no universo das velocidades. Assim como grandes nomes femininos se evidenciam no desporto, dos cem metros livres ao lançamento do que quer que seja. Nas passarelas as mulheres ombreiam com os homens na exibição dos sucessivos cânones da moda, modas estas riscadas e executadas, as mais das vezes, por mulheres.

As Artes Plásticas, a Literatura, o Cinema contam com nomes femininos verdadeiramente avassaladores. Frida Khalo, Virgínia Woolf, Jane Austen, Marlene Dietrich, Vanessa Redgrave e entre nós Florbela, Agustina, Graça Morais, Sophia, Vieira da Silva. Sempre mulheres na vanguarda da sociedade. Indira Gandhi. Golda Mair ou a recém-eleita Presidente da República

do Chile, Michelle Bachelet, por exemplo. Ou a talentosa e poderosa Oprah, figura de prestígio na televisão norte-americana.

Mulheres saídas das sombras sem precisarem de queimar os *soutens* da caricatura feminista. Mulheres que são o suporte de famílias inteiras, lavando escadas, cerzindo, limpando escritórios, vendendo pelas ruas, heroínas com nome que não consta na História dos historiadores. E aí temos as mulheres ocupando, com os vagares do mundo masculino, os lugares a que têm direito por competência, ombreado com os demais pela qualidade intrínseca, pela Cultura inegável, pela criatividade, pelo sufrágio dos seus concidadãos, deputadas e autarcas. Até no universo da Igreja Católica se chegou a forjar uma papisa Joana. E na história mítica Joana d'Arc foi uma mulher que salvou os franceses quase na mesma época em que Brites de Almeida, que tinha fama de feia e barbuda por ser musculosa, matava castelhanos invasores da terra portuguesa com a pá do forno em Aljubarrota. Mas em terras do Minho, a sobranceira heroína de uma Deuladeu Martins e a força bruta de uma outra mulher de Melgaço, a Inês Negra, popular e guerreira, grande até à lenda. Mas mulher também foi Filipa de Vilhena que amou os filhos cavaleiros para que fossem libertar Portugal da opressão espanhola, como mulher foi Carolina Michaelis de Vasconcelos, que entre numerosos filhos encontrava tempo e cabeça para tratar de temas eruditos, dos cancioneiros ao estudo dos púcaros de barro. E Ana Plácido, que tanto amou e aturou Camilo, um dos maiores génios da nossa Cultura.

Em boa verdade, as mulheres estiveram, tinham de estar, em toda a parte da nossa sociedade, da nossa cultura, da nossa subcultura, de todos os tempos e lugares.

Porém, se há a nível universal uma ampla história das mulheres, da lavra de uma equipa de historiadores

coordenada por Georges Duby e Michelle Perrot, importaria ter em conta o fenómeno do feminino em português. Através da revista Faces de Eva, tornou-se possível preencher algumas lacunas da história das mulheres em Portugal em diversas épocas. Ana Rodrigues Oliveira, por exemplo, debruça-se sobre as crónicas medievais e Irene Tomé analisa as representações femininas nas ordenações afonsinas. Helena Roseta, num olhar pelos tempos mais nossos, estudou o feminino na política e na Administração Pública, Ana Vicente tem-nos dados excelentes trabalhos de investigação em torno das mulheres portuguesas vistas por mulheres estrangeiras. Subitamente somos confrontados com a existência de uma potente série de jornais feministas na viragem do século XIX até ao momento mais crucial da ditadura salazarista, seja de 1899 a 1928.

A Natureza Feminina tem condicionantes? O corpo entrosa-se na moda, onde começa a transgressão? O homem como único juiz? Como é que a igreja não permite que as mulheres entrem na vida dos seus ministros, não pratiquem como ministras, sequer possam atingir estádios de poder no templo? E, no entanto, muitas vezes, a igreja depende de determinadas mulheres do século, as benfeitoras, e de uma qualquer das suas ordens, enquanto abadessas como firm de carreira, em mosteiros ou conventos. Lendo isto, alguém pode esquecer o filme *Uma mulher de sonho?* Ou um romance de Virgínia Woolf ou de Agustina, da poesia de Nelly Sachs, de um quadro de Vieira da Silva, da voz da Callas ou da Montserrat Caballé?

E as mulheres vão-se acotovelando, tanto quanto os homens, mas com a sua sensibilidade, actuando ao encontro não de uma igualdade, não de uma concorrência, mas de algo mais interessante e sólido, de si próprias. Para que conste.

## Fechar ou abrir?

A REORGANIZAÇÃO das redes escolares e dos serviços de saúde são temas que têm marcado a agenda política e gerado discussão acesa. É no sentido de contribuir para o debate, que partilho os quatro pensamentos que se seguem:

1. Todos os portugueses têm direito a uma Escola Pública de qualidade que atenua as desigualdades existentes, promova condições para uma realização pessoal e profissional adequadas às expectativas de cada um e possibilite um modelo de desenvolvimento económico e social baseado numa, qualificada e qualificante, participação de todos os cidadãos, em todas as dimensões da vida individual e colectiva.

No entanto, o que hoje se verifica é que há jovens portugueses – particularmente alguns alunos do 1º ciclo do Ensino Básico residentes no interior do nosso país – que frequentam escolas que não lhes garantem tudo o que, anteriormente, foi referido. Na realidade, as escolas que estes jovens cidadãos portugueses frequentam não reúnem as condições físicas, humanas e pedagógicas minimamente suficientes para garantir um serviço público de qualidade. São escolas que, devido às suas frágeis condições de funcionamento, promovem abandono e insucesso escolares, dificultam as aprendizagens, impedem uma adequada socialização e, por consequência, geram desigualdade de oportunidades, originam uma inaceitável injustiça social e cerceiam o potencial de cada um, diminuindo a qualidade do exercício dos direitos de cidadania.

Os jovens que frequentam estas escolas têm os mesmos direitos que todos os outros. É por isso que deverão frequentar escolas que lhes garantam o exercício completo do seu direito à educação. O fundamental é garantir a máxima qualidade e não a maior proximidade.

2. Há alguns anos atrás, muitos portugueses nasciam na residência das respectivas famílias. Maior proximidade não poderia haver num dos momentos mais sensíveis da vida das mães e dos filhos. Mas a proximidade à residência não era – e continua a não ser – garantia de qualidade e segurança nos cuidados de saúde que se concretizavam no delicado momento do nascimento.

As mães preferem ver nascer os seus filhos em locais que reúnam as melhores condições possíveis de qualidade e segurança.

O nascimento numa maternidade guarnecida com equipamento técnico adequado e recursos humanos experientes e rotinados, que garantam elevada proficiência no serviço prestado, é preferível a um nascimento em quaisquer outras circunstâncias.

Todas as mães e todos os bebés portugueses têm os mesmos direitos. É por isso que devem aceder, em condições de igualdade, a serviços de saúde da melhor qualidade possível. O fundamental é garantir a máxima qualidade e segurança e não a maior proximidade.

3. O importante é que todos os portugueses – independentemente do local do território que consideremos – nasçam nas melhores condições possíveis, frequentem escolas que lhes proporcionem todas as oportunidades para serem bem sucedidos, sejam atendidos em unidades de saúde que lhes assegurem cuidados médicos de alta qualidade, entre outros direitos básicos de cidadania. Para que tal meta seja possível, necessitamos de abrir, construir e activar oportunidades de acesso a serviços de Educação e Saúde com boa qualidade, para todos os cidadãos.

Neste contexto, o encerramento de alguns edifícios escolares e a desactivação de algumas unidades de saúde – situações compreensivelmente sentidas e lamentadas pelas comunidades locais – não são mais do que uma importante, mas não fundamental, consequência da ampla e determinada estratégia de, concentrando recursos e investimentos, requalificar e redignificar o exercício dos direitos de cidadania. Uma estratégia que o governo socialista tem vindo a implementar com determinação e coragem.

4. Encerrar e desactivar são, pelas razões expostas, palavras negativas e redutoras, porque não passam de palavras instrumentais e metodológicas. Por consequência, são palavras inadequadas como argumento político, porque os princípios e as finalidades das políticas em que as pretendem inscrever, não passam por aquelas palavras, mas sim pelos respectivos antónimos.

O que se está a fazer consiste em *abrir, construir e criar* condições para uma maior qualidade dos serviços públicos de Educação e Saúde nos locais e para os cidadãos para quem ela é, hoje, menor.

É esta a mensagem verdadeira. É esta mensagem positiva, profundamente impregnada de justiça social e igualdade de Oportunidades, que devemos transmitir aos portugueses.

### OPINIAO



**BRAVO NICO**  
Deputado na AR  
bravonico@ps.parlamento.pt

*O que se está a fazer consiste em abrir, construir e criar condições para uma maior qualidade dos serviços públicos de Educação e Saúde nos locais e para os cidadãos para quem ela é, hoje, menor.*

# Escola a tempo inteiro para combater insucesso e abandono escolar

## EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

A REVOLUÇÃO da educação no nosso país regista avanços importantes com a implementação de um moderno e abrangente conceito de ensino integrado vertido no projecto “Escola a Tempo Inteiro”. Trata-se, nas palavras do deputado socialista Luiz Fagundes Duarte, de “um designio nacional que toca a todos na justa medida em que constitui a grande base para o desenvolvimento pessoal e cívico, para a promoção da ciência e da cultura, para a coesão da sociedade, para a produtividade e a competitividade da economia portuguesa”.

O coordenador do PS na Comissão de Educação, Ciência e Cultura falava na Assembleia da República, no período anterior à ordem do dia da sessão plenária do passado dia 1, numa intervenção em que também criticou os que “vêm para a rua gritar, numa violenta reacção à mudança, pela manutenção do *status quo*, pela protecção dos interesses corporativos e pelo primado do pseudo desenvolvimento local, à custa do sacrifício de muitas das nossas crianças”.

Classificando como inaceitável que, ao fim de um ano de exercício do actual Executivo socialista, o país tenha esquecido que a colocação de professores não pode continuar a ser um simples acto de gestão, que a actividade docente vai muito além de “dar aulas” e que a escola deve ser um lugar onde se desenvolve um programa pedagógico a tempo inteiro, Luiz Fagundes Duarte afirmou que “Portugal não pode



mais aceitar que uma das marcas mais evidentes do nosso sistema educativo seja a do insucesso”.

Lembrando a “inglória correria” em que se têm sumido, ao longo das últimas décadas, as políticas educativas e as correspondentes estratégias e medidas aplicadas, o deputado do PS apontou para as suas consequências negativas, citando estatísticas recentes divulgadas pela Comissão Europeia.

No relatório anual sobre o estado de progresso dos objectivos definidos pela Estratégia de Lisboa no que diz respeito à educação e à formação aponta-se – salientou Fagundes Duarte – para uma taxa de abandono escolar precoce de 31 por cento para as raparigas e de 48 por cento para os rapazes, em 2004.

“Os resultados dos quase 90 mil jovens do 9º ano que em 2005 se apresentaram à primeira chamada do exame de matemática são

reveladores de que o desempenho dos nossos alunos varia entre o satisfatório e o muito fraco, não existindo aspectos de competência ou domínios em que se possa considerar esse desempenho bom ou muito bom”, citou, apelando a um trabalho conjunto de todos os agentes educativos com vista a travar e ultrapassar o afastamento das nossas crianças e jovens face aos seus colegas da OSCE.

“Estes dados e estas conclusões referem-se aos nossos filhos, mas são principalmente o reflexo do que são as nossas escolas, os nossos professores, os nossos projectos pedagógicos, o nosso sistema educativo – enfim, nós”, afirmou Luiz Fagundes Duarte para quem este cenário exige com urgência a mudança que o Governo, através do Ministério da Educação está a operar com o apoio da maioria parlamentar.

M.R.

## Sócrates impressionado com ensino do Inglês no 1º ciclo

O PRIMEIRO-MINISTRO afirmou estar “very impressed” com o êxito do programa de generalização do ensino do Inglês no 1º ciclo, que considerou um símbolo de “uma nova escola pública” e fundamental para o desenvolvimento futuro do país.

“I am very impressed with you. Congratulations!”, disse aos alunos do 3º e 4º anos da escola básica nº101 de Alvalade, em Lisboa, no final de uma demonstração que incluiu uma cantiga na língua de Shakespeare.

Para o primeiro-ministro, que se encontrava acompanhado da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, o êxito do programa de generalização do Inglês, que abrange já mais de 90 por cento dos alunos do 3º e 4º

anos, deve-se a uma “parceria estratégica” entre o Governo e as autarquias, que veio satisfazer uma “necessidade social” sentida pelas famílias e pelos alunos.

“As famílias queriam, as crianças gostam e nós seremos um país melhor daqui a uns anos, quando houver mais portugueses a falar inglês. Seremos um país mais competitivo e cosmopolita”, afirmou.

Durante a visita à escola, José Sócrates congratulou-se ainda com a rapidez das mudanças introduzidas pelo Ministério da Educação para valorizar os estabelecimentos de ensino da antiga primária, apontando como exemplos o programa de generalização das refeições no 1º ciclo e a aposta no apetrechamento das escolas

com as novas tecnologias, através da Internet e novos computadores.

A este propósito, a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, assinalou a criação de um programa de formação contínua para todos os docentes do 1º ciclo na área das tecnologias de informação, que será desenvolvido pelas Escolas Superiores de Educação.

O programa, orçamentado em 5,3 milhões de euros, visa garantir que os professores do 1º ciclo fiquem habilitados com as competências básicas ao nível da informática para lidarem com as novas tecnologias na sala de aula.

Por outro lado, a ministra afirmou ainda que a cobertura da rede escolar pública com Internet de banda larga já está concluída.



# Venda de medicamentos fora das farmácias já beneficia consumidores

**Governo admite alargar o leque dos remédios não sujeitos a receita médica**

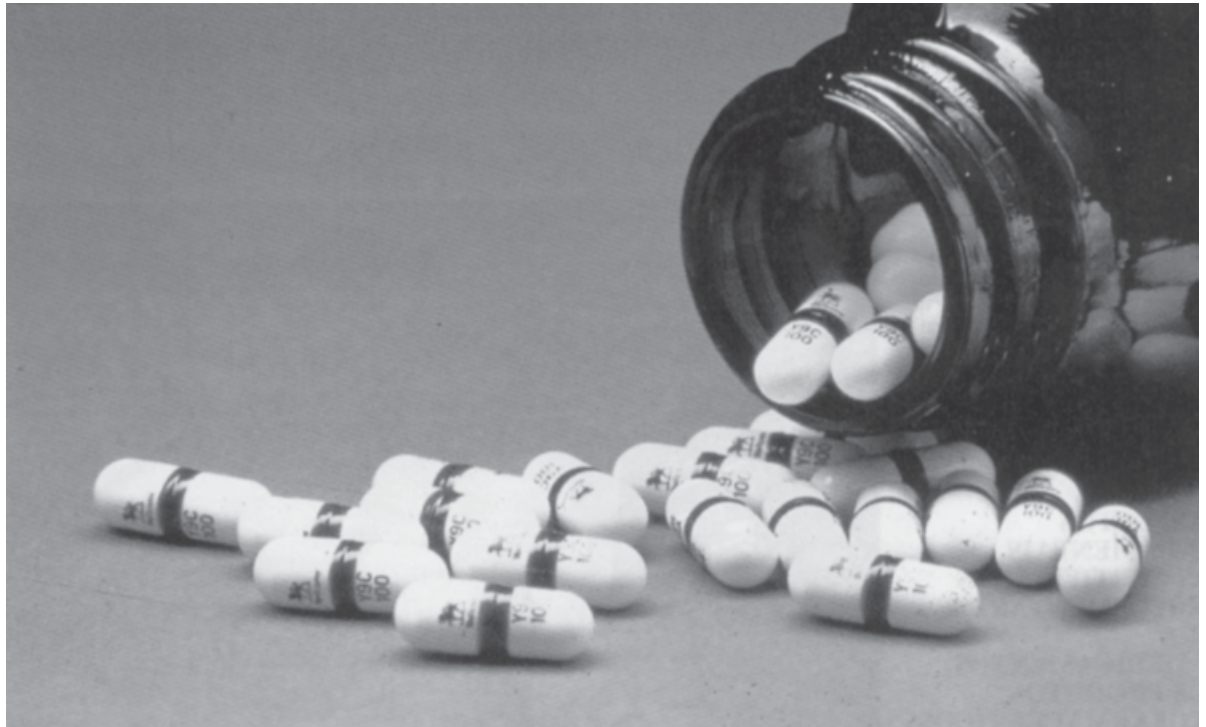
J. C. CASTELO BRANCO

A VENDA de medicamentos que dispensam receita médica em outros estabelecimentos, e não apenas nas farmácias, foi classificada como um êxito pelo primeiro-ministro, José Sócrates, que realçou os benefícios evidentes para o consumidor. “Os primeiros dados da diferença de preços nestes postos de venda e as farmácias tradicionais são bem claros, já que quanto mais concorrência houver os preços têm sempre tendência a descer”, salientou.

Um ano depois de ter anunciado durante o discurso de tomada de posse do XVII Governo pôr fim ao monopólio da venda de medicamentos nas farmácias, José Sócrates, acompanhado do ministro da Saúde, Correia de Campos, visitou um posto de venda, num hipermercado da Amadora.

“Esta foi a primeira medida anunciada em benefício de uma política de defesa do consumidor na área da saúde. É de certa forma simbólica. E foi por isso que viemos aqui assinalar que a realidade mudou para melhor”, disse.

Nesta loja, a primeira a abrir no país um mês depois de a legislação ter entrado em vigor, as diferenças de preços dos medicamentos, em comparação com as farmácias, situam-se entre os sete e os nove por cento, o que o chefe do Governo



considerou “muito significativo”.

Segundo sublinhou José Sócrates, já é possível “verificar no terreno como a realidade mudou: aquilo que parecia um tabu — os medicamentos só se podiam vender em farmácias, afinal de contas não o é”.

E adiantou que actualmente existem 62 postos de venda em grandes superfícies de medicamentos não sujeitos a receita médica, que só podem ser comercializados por intermédio de pessoal qualificado,

estando interdito o acesso directo do público a estes fármacos.

“Temos a certeza que mais postos de venda irão abrir em benefício do consumidor, garantindo-lhe um acesso mais fácil ao medicamento e condições de concorrência mais acentuadas”, disse.

Para o primeiro-ministro, este “é um caminho inelutável, que tinha de ser prosseguido para servir melhor o consumidor, que deseja estes produtos que não exigem cuidados

especiais de segurança e que podem ser vendidos nestes locais com segurança e a mais baixo custo”.

Na ocasião, o ministro da Saúde, Correia de Campos, admitiu o alargamento não apenas da lista de medicamentos não sujeitos a receita médica, mas também dos locais onde poderão ser vendidos.

O ministro da Saúde explicou que a lista de medicamentos disponível nestes postos de venda é considerada “muito restritiva” pelos consumidores,

adiantando o Governo está analisar “caso a caso, medicamento a medicamento, aqueles que podem vir a engrossar as prateleiras destas lojas”.

Correia de Campos referiu ainda a possibilidade de “fragmentação” em duas classes da lista de produtos vendidos sem receita médica.

Uma das classes deverá integrar os medicamentos que não colocam quaisquer problemas de segurança e que possam até ser vendidos em lojas mais pequenas, incluindo, por exemplo, estações de serviço.

## Mais hospitais vão passar a entidades públicas empresariais

ATÉ ao fim do primeiro semestre “o Governo vai avançar com uma nova vaga de hospitais a empresariar”, anunciou o ministro da Saúde, Correia de Campos, na abertura do XXVI Congresso Nacional de Cirurgia, na Culturgest, em Lisboa.

Segundo Correia de Campos, esta medida insere-se no “esforço” que o Governo está a fazer para “reconverter os hospitais que têm ainda um estatuto convencional, em hospitais modernos”.

No início deste ano, o Executivo transformou 36 hospitais em Entidades Públicas Empresariais (EPE) com o objectivo de “uma melhor prestação de cuidados de saúde através da optimização dos recursos”.

Além dos 31 hospitais que o Governo PSD/CDS-PP havia transformado em sociedades anónimas, passaram a EPE no passado mês de Janeiro mais cinco instituições, entre as quais dois dos maiores hospitais do país: Santa Maria, em Lisboa, e São João, no Porto.

Durante a sua intervenção no congresso, o



ministro da Saúde reafirmou ainda a necessidade de reconstruir os hospitais civis de Lisboa.

“É um trabalho que tem de ser come-

çado. Não podemos mais tempo protelar o ostracismo a que foram votados os hospitais civis de Lisboa”, que tiveram “uma carreira tão brilhante na vida médica portuguesa”,

salientou Correia de Campos.

Para o titular da pasta da Saúde, essa “tradição” não se pode perder e, por isso, devem reunir-se “todos os esforços para reconstruir os hospitais civis de Lisboa, talvez com outro nome, como hospital de Todos os Santos, mas com o mesmo substrato e a mesma realidade institucional”, acrescentou.

Um estudo encomendado pelo Governo a uma equipa de especialistas da Escola de Gestão do Porto e divulgado no início de Fevereiro indica que a construção do hospital de Todos os Santos, na zona oriental de Lisboa, deve ter prioridade sobre outras cinco unidades previstas para outros pontos do país.

Correia de Campos anunciou ainda no congresso que o Governo aumentou este ano a dotação anual para a investigação, passando de 500 mil euros para cinco milhões de euros.

Desses cinco milhões de euros, metade será para investigação clínica, a que acrescerão outros 2,5 milhões de euros da Fundação da Ciência e Tecnologia.

## Freguesias na actualidade política

A CONSTITUIÇÃO da República Portuguesa já foi revista por sete vezes, neste ou naqueles aspectos mas, desde a sua aprovação inicial, em 2 de Abril de 1976, faz agora três décadas, mantém constitucionalizada a existência da freguesia, entre as categorias de autarquias locais, tanto no território do Continente como nas duas Regiões Autónomas.

As freguesias estão compreendidas na organização democrática do Estado, ainda que se constituam como uma pessoa colectiva territorial própria e dele distinta, cabendo-lhes prosseguir os interesses próprios das suas populações, actuando através dos seus órgãos representativos, com total e absoluta autonomia, apenas devendo obediência à lei.

Este traço essencial da autonomia do Poder Local, e especificamente, no que agora nos interessa, das freguesias, traduz-se justamente, desde logo, na sua dignidade constitucional – a sua existência está consagrada na Lei Suprema – e, depois, na sua liberdade absoluta de interpretar e prosseguir os interesses da sua população, em conformidade com um quadro legal, geral e abstracto que, tal como vincula as Freguesias, com igual força e efeitos, igualmente vincula os organismos estatais.

Afloramento fundamental da autonomia é também a reserva de lei, da Assembleia da República, para a criação, extinção e modificação das freguesias – o que significa, nomeadamente, que o Governo não pode legislar em tal matéria.

Por outro lado, a autonomia implica também, dentro do quadro legal geral do país, que dispõe de quadros de pessoal próprios, por si estabelecidos e também de finanças próprias e que podem decidir, livremente, sobre as respectivas opções do plano e o orçamento, implica que têm património seu que livremente administram, incluindo o direito aos proventos que dele retirarem, implica que, além das transferências, a que têm direito próprio, como parte sua na repartição dos recursos públicos nacionais, têm ainda o direito às receitas que possam cobrar pela utilização dos seus serviços.

De igual modo a eleição directa e universal, como fonte de legitimidade dos seus órgãos representativos, bem como um poder regulamentar próprio, que lhes permite disciplinar usos e actividades dentro do seu território, através da prolação de regras de conduta, da sua fiscalização, do exercício de autoridade e do estabelecimento de sanções.

E, ainda, um regime de tutela que veda em absoluto que o Estado, as Regiões Autónomas ou os municípios, transmitam ordens ou instruções às freguesias ou que a elas se substituam no exercício das respectivas atribuições e competências, naturalmente, sem prejuízo da mera inspecção, estatal, do cumprimento das leis gerais do país.

Em conclusão, podemos afirmar que as nossas freguesias, no quadro da organização do Poder Local, gozam de um estatuto de grande dignidade e de autonomia consagrada.

Em 12 de Dezembro próximo vão passar também trinta anos sobre as primeiras eleições autárquicas, ocorridas no âmbito do actual regime político-constitucional e tudo se encaminha para que várias alterações tenham agora lugar.

No que toca às freguesias perspectivam-se novas medidas legislativas que podem reforçar a sua participação na Administração Pública, designadamente, como interface ou elo de ligação entre os cidadãos e toda a espécie de Serviços, no que podem contribuir grandemente como resposta aos problemas que, cada vez mais, se colocam, de desaproximação entre os serviços e as populações.

Simultaneamente a evolução em direcção a uma capacidade de gozo e de exercício de atribuições e competências mais ambiciosas e, também, de maior alcance de negociação e de recepção de poderes que ainda estão hoje instalados nos municípios ou no próprio Estado, vão implicar uma reformulação do seu estatuto, que deverá evoluir segundo duas linhas de rumo.

Por um lado possibilitando uma diferenciação entre as freguesias, estratificando-as ou ordenando-as, segundo a sua dimensão ou segundo a sua vocação, consoante a respectiva inserção no mundo rural ou em metrópoles urbanas, aspectos que poderão justificar que, em parte, lhes sejam conferidos níveis de intervenção distintos e tarefas diversas.

Por outro lado, como certos níveis de responsabilidade cresçam só se justificarem e só serão possíveis de ser cabalmente exercidos em função de certos patamares de dimensão, também deverá ser equacionada uma nova abordagem à associação entre freguesias bem como à fusão de freguesias.

Nos próximos meses é este o debate essencial de actualidade quanto às freguesias e certo é que ele se travará dentro do quadro da autonomia local plasmado na Constituição da República Portuguesa.

### OPINIÃO



**LUÍS PITA AMEIXA**  
Deputado na AR

*Perspectivam-se novas medidas legislativas que podem reforçar a sua participação na Administração Pública, designadamente, como interface ou elo de ligação entre os cidadãos e toda a espécie de serviços, no que podem contribuir grandemente como resposta aos problemas que, cada vez mais, se colocam, de desaproximação entre os serviços e as populações*

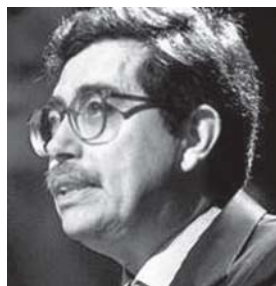
# Portugal está mais aberto às tecnologias da informação

OS ESTUDANTES portugueses estão cada vez mais a utilizar as tecnologias da informação e da comunicação. De acordo com um levantamento efectuado pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior, os acessos à Internet em banda larga cresceram 43 por cento e 83 por cento dos estabelecimentos de ensino superior estão já cobertos por redes sem fios.

Para o ministro da Ciência e do Ensino Superior, esta assinalável adesão por parte de professores e alunos do ensino universitário às novas tecnologias da informação demonstra que o país está aberto e entusiasmado para progredir e avançar no campo das novas áreas do conhecimento.

Mariano Gago falava na Universidade de Aveiro, num fórum para a Sociedade de Informação, no âmbito do programa “Ligar Portugal”, colóquio que foi organizado pela Agência para a Sociedade do Conhecimento.

Apesar do clima económico em Portugal configurar ainda algumas dificuldades, lembrou o ministro, os indicadores nesta área “são excepcionais”, registando-se uma enorme aceleração na participação, qualificação mas também nas exigências.



Crescer a este nível, defendeu Mariano Gago, “significa que alguma coisa se está a passar de muito importante na sociedade portuguesa”.

Mas nem só o ensino superior tem vindo exponencialmente a aderir às novas tecnologias da informação. O fenómeno regista igualmente um crescimento nos organismos públicos, sendo que 73 por cento já o faz em banda larga. Por outro lado, como não deixou de referir o titular da pasta da Ciência e do Ensino Superior, nove em cada dez organismos da administração central têm página na Net, sendo que 36 por cento já disponibilizam formulários de preenchimento e submissão “on-line”. Também o portal do cidadão registou no último ano um crescimento assinalável de tráfego com uma

subida na ordem dos 46 por cento, com consultas oriundas de 33 países.

Integradas neste movimento estão também as câmaras municipais, que na sua totalidade, de norte a sul do país, encontram-se ligadas à Net, sendo que 85 por cento dos municípios já hoje trabalham em banda larga. Paralelamente, perto de 96 por cento das câmaras municipais dispõem de páginas próprias, disponibilizando reclamações e esclarecimentos por correio electrónico e ainda permitindo descarregar formulários.

Quanto aos particulares, a posse de ligação em banda larga nos agregados familiares atingiu os 26 por cento no quarto trimestre de 2005, segundo dados da Autoridade Nacional para as Comunicações (Anacom), sendo que a meta estabelecida pelo programa “Ligar Portugal” aponta para que em 2010 esta percentagem possa atingir os 50 por cento.

Para Mariano Gago, este programa chegou à sua fase de maturidade, sendo agora importante confrontar as metas que estão estabelecidas com a realidade, comparando-as com o que se regista noutros países e com as suas práticas.

R.S.A.

## Novas Oportunidades

**350 mil portugueses vão receber formação em horário pós-laboral**

O GOVERNO quer mobilizar 350 mil portugueses para frequentarem cursos de dupla certificação (escolar e profissional) em horário pós-laboral, similares aos já experimentados no Centro de Formação Profissional de Viana do Castelo.

O ministro do Trabalho, Vieira da Silva, explicou que o objectivo deste tipo de cursos é habilitar os participantes com uma certificação escolar do 9º ou 12º anos de escolaridade

e, simultaneamente, com uma certificação profissional.

“Estes cursos nada têm a ver com os velhos cursos de ensino para adultos, que estão ultrapassados e não atingiram os seus objectivos”, sublinhou.

Vieira da Silva falava no Porto, onde presidiu a uma reunião sobre o programa governamental “Novas Oportunidades”, que visa qualificar, até 2010, um milhão de adultos activos, conseguir que todos os jovens se mantenham no sistema escolar pelo menos até ao 12º ano e que metade deles enveredem por

cursos das vias tecnológicas ou profissionalizantes.

Recusando “chorar sobre leite derramado”, a propósito do défice de formação profissional de Portugal nos últimos anos, o ministro disse que o país “não pode ficar à espera que a História resolva o problema”.

Por isso, disse, “temos de ir mais rapidamente e recuperar níveis de qualificação. Sem isso, dificilmente ganhamos a batalha da competitividade”, já que, explicou, “muito do nosso desemprego resulta de baixas qualificações”.

## Secções de Educação debateram política educativa

**Mariano Gago e Valter Lemos expuseram as ideias políticas para o Ensino Superior e a Educação**

NO PASSADO dia 11 de Março, por iniciativa conjunta das secções de Educação de Lisboa e Coimbra, realizou-se em Lisboa, na sede do partido Socialista, um debate entre os vários secretários das Secções de Educação do Partido Socialista sobre o Ensino

Superior e a Educação em Portugal.

Apenas com a ausência de Braga e Setúbal, os vários secretários das secções reflectiram sobre os seguintes temas: formação e avaliação de professores; o ensino superior e a organização e gestão escolar.

Num dia inteiro dedicado à reflexão, a unanimidade foi o dado relevante. Todos os participantes concordaram com as medidas que estão a ser tomadas pelo Governo, manifestando o seu apoio à prossecução do programa do Governo.

Durante o período da tarde, o ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, e o Secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, apresentaram as grandes linhas de governação para as duas áreas.

Durante este encontro, os secretários das várias secções acordaram realizar um Congresso Nacional da Educação, com o objectivo de debater os novos desafios que se colocam ao sector educativo.



# Socialistas satisfeitos com eficiência na execução tributária

## COMBATE À FRAUDE E EVASÃO FISCAIS

A BANCADA parlamentar socialista recebeu com “grande satisfação” os resultados do relatório sobre o combate à fraude e evasão fiscais referente a 2005, que – consideraram – demonstram claramente que o Governo vai no caminho certo neste domínio, honrando com “coragem e rigor” mais um compromisso eleitoral.

Na sessão plenária da Assembleia da República em que foi debatido este documento, o deputado do PS António Gameiro salientou que desde a tomada de posse do actual Executivo foi desenvolvida uma estratégia de luta contra a fraude e evasão fiscais que se saldou num recorde “de cerca de 1400 milhões de euros de cobrança executiva, excedendo-se assim em quase 100 milhões de euros o objectivo previamente fixado e obtendo-se um crescimento na ordem dos 30 pontos percentuais relativamente a 2004.

“Estamos no bom caminho porque o Governo diagnosticou bem, desde a sua entrada em funções, as causas directas e remotas de incumprimento em matéria tributária”, afirmou o parlamentar do PS, para quem continua a ser um prioridade nacional a criação de uma consciência colectiva de responsabilidade no cumprimento das obrigações fiscais.

António Gameiro reiterou que “não se pretende atacar de forma persecutória nenhum contribuinte ou sector de actividade económica em particular”, mas “impedir e reprimir acções criminosas como a fraude de carrossel, as facturas falsas e o



planeamento fiscal agressivo”.

Referindo-se à disponibilidade que os Governo já manifestou para apresentar ao Parlamento um relatório exaustivo sobre o acesso a dados bancários para efeitos de combate à evasão e fraude, o deputado mostrou-se favorável a um ajustamento do regime jurídico em vigor e saudou o clima de confiança, estabilidade e determinação em que tem decorrido o processo de melhoria dos instrumentos de fiscalização da tributação, manifestando “total apoio ao Governo aprovação de medidas que completam este esforço de combate inicial”.

Também em nome da justiça fiscal falou o deputado socialista Victor Baptista, para quem é preciso prosseguir com a apostar no reforço dos recursos humanos efectivos nesta área, na qualificação técnica desses funcionários, na utilização crescente de novas tecnologias de informação, na maior desburocratização dos procedimentos e no cruzamento de dados para continuar a elevar a eficiência fiscal.

Quanto à derrogação administrativa do sigilo bancário, defendeu que esta deverá ser automática, sem autorização judicial e sem possibilidade de suspensão por contestação judicial sempre que haja suspeita de

crime em matéria tributária ou indícios de falta de veracidade do declarado, quando se trate de documentos de suporte de registo contabilístico e ainda quando o contribuinte usufrua de benefícios fiscais e seja necessário para controlo.

No caso de se registarem divergências entre rendimentos declarados e o acréscimo de património ou consumo, de manifestações de riqueza evidenciadas e para comprovação de aplicação de subsídios públicos, Victor Baptista advoga que o contribuinte seja ouvido antes de se proceder ao levantamento do sigilo bancário e que, caso haja contestação, o procedimento seja

suspensão.

A autorização judicial para o levantamento do sigilo deverá ser obrigatória, acrescentou por último, sempre que a informação bancária em questão envolva familiares ou terceiro que se encontrem numa relação especial com o contribuinte.

É que – avisou – “não temos medo e somos coerentes”, pelo que a procura de mais justiça fiscal passa também por “poder associar a contestação administrativa de actos tributários ao necessário acesso a dados protegidos pelo sigilo bancário, na exacta medida em que se considere essencial”.

M.R.

## Actividade florestal com menos IVA

A REDUÇÃO do IVA para a prestação de serviços florestais de 21 para 5 por cento é “um sinal óbvio” de que o Executivo “quer empreender um movimento de mudança nas políticas públicas florestais”, afirmou o deputado do PS Miguel Freitas, durante a discussão de uma proposta de lei do Governo que faz ajustamentos fiscais no domínio florestal.

“Não basta dizer que a floresta é importante. É preciso assumir, com medidas concretas, a importância que lhe damos”, disse, salientando que com esta alteração, “Portugal passa a dispor da taxa de IVA mais baixa entre os países europeus para limpeza da sua floresta”.

Para Miguel Freitas, este benefício fiscal justifica-se pelo “reconhecimento que a gestão activa das florestas gera ganhos para a sociedade, de que a defesa contra incêndios florestais será porventura o mais importante mas está longe” e pela “necessidade de mobilizar os proprietários para que haja intervenção nos espaços florestais”.

Quanto ao aumento do IMI (Imposto Municipal sobre os Imóveis) sobre os prédios



rústicos florestais abandonados, o deputado socialista afirmou que “todos temos de ter consciência que o abandono é um ónus que

estamos a pagar e que pagaremos cada vez mais caro se não formos capazes de o saber suster”.

Por isso, sustenta, a opção só pode ser “pela boa gestão, contra a inacção e o absentismo”, acrescentando que “é preciso fazer pagar a quem não gere bem a sua floresta ou fazer entregar a quem queira e possa gerir melhor”.

Neste quadro, o deputado do PS considerou que “o IMI pode ser um potente instrumento de ordenamento e gestão territorial e contribuir para a concretização de muitas Zonas de Intervenção Florestal no país”, salientando que as autarquias, ao nível do município e da freguesia, “devem perceber a sua função insubstituível neste processo. Só acreditamos no futuro de uma floresta sustentável com as autarquias fortemente empenhadas”.

Na sua intervenção, Miguel Freitas sublinhou ainda que “vencer o absentismo, mobilizar a iniciativa e comprometer os agentes com a gestão activa da floresta” são os grandes objectivos desta proposta de lei do Governo, no quadro de “uma política de pequenos passos, mas de passos seguros”, que visa dar um “novo impulso” à floresta.

J. C. C. B.

## Mediação penal assegura taxas de satisfação elevadas



O MINISTRO da Justiça realçou as potencialidades da mediação penal, sistema informal e célere de resolver crimes de menor gravidade fora dos tribunais, que obteve noutros países europeus “taxas de satisfação” das vítimas e arguidos superiores à da justiça tradicional.

Alberto Costa falava no Centro de Estudos Judiciários, em Lisboa, na apresentação do anteprojecto de proposta de lei de mediação penal, que visa introduzir a possibilidade de mediação entre arguido e vítima no processo penal, através de um programa experimental que decorrerá num número limitado de comarcas, no início em 2007.

Feita uma avaliação desta experiência ao fim de dois anos e caso se revele positiva e sugira o seu alargamento e funcionamento em pleno, o ministro considerou possível que a mediação penal venha a absorver e a resolver cerca de 1/5 dos crimes, por acordo entre o ofendido e o delincente, o que permitirá retirar números processos aos tribunais e evitar que as prisões se encham ainda mais.

Alberto Costa explicou que a mediação penal tratará apenas dos crimes com penas de prisão não superior a cinco anos, ficando excluídos deste sistema informal e flexível de aproximação entre o arguido e as vítimas os crimes sexuais e os delitos em que os ofendidos tenham menos de 16 anos.

Com a mediação penal, adiantou o ministro, “o próprio sentimento de justiça é mais percebido e encontrado do que no formalismo abstracto das decisões judiciais. Todas as sondagens noutros países europeus mostram que os intervenientes consideram que se fez justiça de uma forma rápida e declararam-se satisfeitos”.

Alberto Costa lembrou que já existe uma “satisfatória” experiência em matéria de mediação em Portugal, na área cível, designadamente nos Julgados de Paz, em que cerca de 30 por cento dos casos são resolvidos com a intervenção do mediador.

Para a mediação penal agora proposta, o ministro referiu ainda que o diploma define claramente o papel do Ministério Público e estabelece prazos curtos para resolver os litígios, pois não faria sentido conceder prazos idênticos aos dos tribunais.

# Ministro dos Transportes anuncia projecto para o Metro do Mondego

**Metropolitano ligeiro de superfície entra em funcionamento em 2011 e envolve um investimento de cerca de 300 milhões de euros**

O GOVERNO apresentou no dia 7, em Coimbra, o novo projecto para o metropolitano de superfície, designado “tram-train”, que ligará os municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã até 2011, num investimento total de cerca de 300 milhões de euros.

O “tram-train” é um veículo semelhante ao que estava previsto no anterior projecto da Metro Mondego, mas com capacidade para circular nos eixos ferroviários, urbanos, suburbanos e regionais.

“Esta é uma boa solução que conta com a receptividade dos autarcas e da população e que se articula com a rede nacional”, disse o ministro Mário Lino no final da cerimónia de apresentação do projecto, que decorreu na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Mário Lino garantiu que o financiamento para a concretização do “tram-train” está assegurado, assumindo o “compromisso de concretizar o projecto”.

Segundo o ministro, o Sistema de Mobilidade do Mondego foi



concebido para se articular com a restante rede ferroviária, integrando-se “na política do Governo para o sector”.

A intervenção vai iniciar-se pelo ramal da Lousã no primeiro semestre de 2007, com a instalação definitiva da bitola europeia entre Serpins e Coimbra/Parque.

Segundo a calendarização apresentada pela secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, as obras deverão estar

concluídas no final de 2008, comportando um investimento de 52 milhões de euros.

A segunda fase, estimada em 246 milhões de euros, consiste na construção da rede entre Coimbra/Parque e o Hospital da Universidade, cujo início dos trabalhos está previsto para o segundo semestre de 2008, com conclusão para o final de 2010.

De acordo com Ana Paula Vitorino, o sistema de “tram-train” que ligará Serpins ao Hospital da

Universidade de Coimbra, entrará em funcionamento logo no início de 2011.

“O projecto passa por desenvolver um novo conceito integrado de mobilidade regional, em que o sistema ferroviário ligeiro desempenhará um papel estruturante na região”, sublinhou a secretária de Estado, adiantando que no futuro a rede poderá ser articulada com os eixos Coimbra-Figueira da Foz e Mealhada-Coimbra-Condeixa.

## Combate à corrupção continua nas prioridades do Governo

O MINISTRO da Justiça, Alberto Costa, refutou “completamente” a ideia de que o Governo e a Polícia Judiciária (PJ) estariam a desinvestir e a dar menos importância ao combate à corrupção e à criminalidade económico-financeira.

Alberto Costa reagiu assim, em declarações aos jornalistas, no final de um colóquio sobre Mediação Penal, a uma notícia publicada num diário segundo a qual a PJ teria excluído a corrupção e a criminalidade económico-financeira dos objectivos para 2006.

Segundo o ministro, a notícia “pretende passar a ideia que nós estamos a desinvestir ou a dar menos importância a essa matéria. Essa ideia é errada”, e acrescentou que o Executivo tem tomado “medidas e decisões em relação a pessoas e objectivos que contrariam completamente essa ideia”.

Segundo Alberto Costa, ao longo deste ano, o Governo tomou “diversas iniciativas no sentido de aumentar as capacidades e a



colaboração com outras entidades para melhorar o combate à corrupção, ao branqueamento de capitais, ao tráfico de influências, à criminalidade informática e também à criminalidade fiscal”, tendo neste último caso sido criadas “equipas conjuntas de investigação”.

O titular da pasta da Justiça lembrou ainda que apesar de estarmos em período de contenção financeira, dada a grave situação herdada, o Governo

deu luz verde à entrada de mais 150 elementos para a PJ, “dos quais mais de metade se vão dedicar, justamente, a actividades” relacionadas com o combate desse tipo de criminalidade.

“Existe um forte empenho nesse domínio que vai prosseguir”, salientou, recordando, a propósito, que já foi aprovada na generalidade pela Assembleia da República a lei-quadro da Polícia Criminal que aponta para uma definição dos crimes

prioritários a serem combatidos.

O ministro insistiu na ideia de que o combate à corrupção e todos os outros crimes económicos continuarão a ter “elevada prioridade para o Governo”, o que não invalida que o terrorismo se coloque hoje “como uma ameaça com uma nova relevância, quer no domínio internacional quer também em Portugal”.

“Não há nenhum país que posso considerar-se imune”, disse, sublinhando que “uma polícia consciente e qualquer orientação governativa consciente têm de conceder uma nova prioridade a essa ameaça”.

Segundo Alberto Costa, o terrorismo “é neste momento um problema no plano internacional e um problema para cada país que adquire necessariamente uma prioridade mais elevada”.

“Não há nenhum Governo ou responsável no mundo que não tenha de reconhecer hoje que a preocupação com o terrorismo é mais importante do que era há um ou dois anos”, acrescentou.



# Socialistas europeus elogiam política social de Sócrates

O PARTIDO Socialista Europeu felicitou o primeiro-ministro, José Sócrates, pela decisão do Governo de investir em equipamentos sociais, considerando que se trata de “um excelente investimento no povo português”.

Recorde-se que o primeiro-ministro socialista anunciou durante o último debate mensal na Assembleia da República um programa de investimento de 450 milhões de euros em equipamentos sociais durante esta legislatura.

“Muitos falam numa Europa Social. Sócrates está a pô-la em prática”, sublinhou o presidente dos socialistas europeus, Poul Nyrup Rasmussen, num comunicado do



divulgado no dia 24 em Bruxelas.

Referindo que o programa vai permitir criar postos de trabalho, libertar as mulheres para que estas possam trabalhar, e beneficiar tanto as crianças como os avós, Rasmussen afirma que “é deste tipo de flexibilidade que as sociedades europeias necessitam”.

O líder dos socialistas europeus a segunda maior família política do Parlamento Europeu termina o comunicado lembrando que enquanto o actual presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, foi primeiro-ministro português, “o investimento em serviços sociais diminuiu 80 por cento”.

# Rosa Albernaz defende paridade nas funções públicas

## DISCURSO NAS NAÇÕES UNIDAS

A IMPORTÂNCIA do regime de quotas implementado pelo PS como passo fundamental para se avançar no sentido da paridade política foi realçada pela deputada socialista Rosa Maria Albernaz, numa sessão da União Interparlamentar, realizada na sede da ONU, em Nova Iorque, sobre o tema “Igualdade entre os sexos: a contribuição dos parlamentos”.

Referindo que a “ausência de um equilíbrio” na tomada de decisões políticas entre mulheres e homens leva que a opinião pública considere



este facto como um “mau funcionamento da democracia”, Rosa Albernaz salientou que ao longo dos últimos 30 anos, no Parlamento português, foi feito “algum esforço” para que a representação no feminino aumentasse.

“Concretamente em 1984, nós mulheres, éramos 5 por cento, em 2006, somos somente 21 por cento dos parlamentares”, disse, salientando o facto de o PS, que “tem feito da paridade uma das suas principais bandeiras políticas”, tenha na actual legislatura 75 por cento das mulheres do Parlamento e os restantes cinco partidos apenas 25 por cento.

“O PS auto-impôs uma per-

tagem mínima de 38 por cento para mulheres em lugares elegíveis, o que aumentou a sua representação parlamentar feminina”, sublinhou, acrescentando que na anterior legislatura “chegou a apresentar uma proposta de lei sobre a paridade no Parlamento e no poder local”.

Lembrando que de início chegou a discordar do sistema de quotas, por entender que poderia dificultar o objectivo de atingir a “igualdade perfeita, a deputada socialista referiu ser adepta na actual conjuntura de “qualquer regulamentação”, seja o regime de quotas ou a paridade política, que permita “o equilíbrio entre homens e mulheres na tomada de decisões”.

## Adesões da Roménia e Bulgária reforçarão o espírito europeu

O Grupo Parlamentar do PS sufragou a proposta do Governo apresentada à Assembleia da República de ratificação do tratado entre os Estados-membros da União Europeia (UE) e as repúblicas da Bulgária e da Roménia, por considerar que as adesões destes dois países de Leste “contribuirão para garantir a paz, a estabilidade e a liberdade na Europa”, para além de proporcionar à União Europeia “mais meios para alcançar a força económica e social necessária aos novos desafios impostos pela globalização”.

Segundo sublinhou o deputado socialista Armando França, este alargamento contribuirá também “para estabelecer novas pontes de diálogo intercultural entre os povos dos Balcãs ocidentais, do Leste e até mesmo da Turquia, diálogo sempre necessário, aliás, para assegurar a paz e manter e fortalecer o projecto e o espírito europeus”.

Na verdade, salientou Armando França, “o alargamento ora sujeito à nossa apreciação é ainda resultado de importantes factos históricos e consequentes alterações políticas profundas verificadas na Europa, no final dos anos 80 e no princípio dos anos 90, como foram a queda do muro de Berlim, a reunificação Alemã e o fim da URSS”.

E adiantou que o Tratado de Maastricht de 1992 e o Conselho Europeu de Copenhaga de 1993 “marcaram a viragem no processo de construção europeia e abriram o caminho para acolher novos Estados do Centro e do Leste europeu no seio da União, como, aliás, agora se verifica com as solicitadas adesões da Bulgária e da Roménia”.

Neste seu caminho para a “integração plena” na União, o deputado socialista referiu que a Roménia e a Bulgária “lograram estabilizar as instituições que garantem a liberdade, a democracia, o primado da lei, os direitos humanos, o respeito e a protecção das minorias”, bem como os mecanismos que lhes permite “cumprir com as suas obrigações de Estado-membro e atingir as metas da União”.

Na sua intervenção, Armando França sublinhou ainda que a União Europeia “é também produto dos seus alargamentos, no pressuposto de que isso acontece na ‘união cada vez mais estreita entre os povos da Europa’”. Ora, acrescentou, “é manifesto que os povos da Roménia e da Bulgária e as suas instituições representativas querem entrar na ‘barca europeia’, como lhe chamou Eduardo Lourenço e, além disso, querem participar deste grande projecto em que também Portugal e os portugueses estão envolvidos”.

R.S.A.

J. C. C. B.

## Livros dos nossos Regionalização no âmbito da gestão autárquica



O PROCESSO de regionalização do Continente não só continua a constituir um tema da máxima importância e actualidade no contexto de uma correcta visão de gestão do território, como legalmente perfaz uma das exigências inscritas na Constituição da República.

Chumbada em 8 de Novembro de 1998 através de uma consulta directa efectuada junto dos eleitores portugueses, nem por isso a regionalização merece ou aconselha a que nos distanciemos de uma das problemáticas que melhor poderão contribuir para uma mais correcta e ajustada administração do território.

Estas e muitas outras ideias são tratadas e debatidas num livro agora dado à estampa, da autoria de José António Rocha, mestre em Gestão Pública, pós-graduado em Direito do

Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente.

Trata-se, como referem Maria Luís Pinto e Fernanda Paula Oliveira, respectivamente professoras nas Universidades de Aveiro e de Coimbra, no prefácio deste volume, de um estudo teórico rigoroso, “que permite recolocar no mapa das preocupações actuais a regionalização administrativa”.

Agora que tanto se fala em Reforma da Administração Pública, assunto que tem vindo a merecer uma atenção especial por parte do Governo, vem a propósito aconselhar a leitura atenta deste livro, que aponta a regionalização como sendo um processo que poderá ter um papel a desempenhar no reforço da autonomia das autarquias locais e da descentralização administrativa.

# Novas medidas para combater o sobreendividamento dos consumidores

## PROTECÇÃO DO CONSUMIDOR

**Governo quer consumidores portugueses mais e melhor informados.**

O DIA Mundial do Consumidor ficou marcado este ano pelo anúncio de um pacote de medidas governativas que visa combater o sobreendividamento, ajustar o pagamento dos parques de estacionamento cobertos ao serviço efectivamente prestado, dar mais transparência ao mercado do crédito e agilizar a resolução de conflitos em caso de sinistros rodoviários.

O Executivo socialista concretiza assim uma parte substancial das promessas feitas ao eleitorado em matéria de reforço dos direitos do consumidor, apresentando ainda, numa sessão realizada no Palácio Foz, o anteprojecto do Código do Consumidor, um diploma que entrou em período de discussão pública no próprio dia 15, depois de ter ficado na gaveta durante os governos do PSD/PP.

Na ocasião, o secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, Fernando Serrasqueiro, sublinhou que as medidas aprovadas no último Conselho de Ministros têm como objectivo central o reforço da protecção do consumidor.

O pacote inclui quatro diplomas, entre os quais o que torna obrigatória a indicação da Taxa Anual de Encargos Efectiva Global (TAEG) na publicidade de crédito ao consumo, mesmo quando este é



anunciado como gratuito, uma medida que, segundo Serrasqueiro, vai dar “mais transparência ao mercado do crédito e, simultane-

amente, prevenir comportamentos menos cuidadosos por parte dos consumidores quando recorrem a ele”.

Assim, a indicação da TAEG passa a ter de ser “facilmente legível”, não podendo ser tratada graficamente ou com letras demasiado pequenas ou a grande velocidade no rodapé de um anúncio ou lidas muito rapidamente.

Se o contrato de crédito em causa der lugar à aplicação de diferentes TAEG, então todas elas deverão ser indicadas, possibilitando que o consumidor faça a comparação dos custos efectivos e finais de cada opção de crédito.

Fernando Serrasqueiro avançou, neste ponto, que “paralelamente o

Governo vai utilizar várias peças publicitárias, sob a forma de avisos, para prevenir o endividamento excessivo” das famílias.

O governante referiu-se também ao diploma que entrará em vigor no segundo semestre deste ano e que fixa a fracção mínima de estacionamento em 15 minutos, indicando que “esta é a solução mais adequada e justa para ir aproximando o tempo de estacionamento pago do tempo efectivamente utilizado”.

Obrigatória passa a ser igualmente – explicou – a sinalização do acesso ao parque e a indicação, “de forma bem visível”, se este se encontra ou não completo, bem como a presença de um funcionário ou sistema de comunicação que assegure “apoio permanente e imediato ao utente”.

Entre as medidas anunciadas por Fernando Serrasqueiro inclui-se também a fixação de prazos em relação aos vários procedimentos exigidos para a regularização dos sinistros, passando o tomador do seguro a ter oito dias para comunicar o sinistro e a seguradora dois dias para o primeiro contacto e marcação das peritagens, que devem estar concluídas nos oito dias úteis seguintes (12 no caso de necessidade de desmontagem do veículo).

Já no caso de haver declaração amigável, o prazo é reduzido para metade, e duplica no caso de choques em cadeia ou na existência de factores climáticos excepcionais.

As seguradoras passam a ter 30 dias úteis a contar a partir do primeiro contacto para a assunção de responsabilidade, um prazo que

também é reduzido quando haja declaração amigável e duplicado em situações excepcionais.

Por outro lado, só pode ser declarada a perda total do veículo em caso de desaparecimento ou destruição total, impossibilidade de reparação ou quando esta ultrapasse 100 por cento do valor da viatura antes do sinistro.

Outra das medidas aprovadas pelo Executivo do PS introduz alterações para os serviços financeiros à distância, permitindo que o consumidor possa resolver livremente um contrato celebrado desta forma sem invocar qualquer causa e sem sofrer qualquer penalização.

Os prestadores destes serviços passam a estar obrigados a informar previamente os consumidores das condições dos contratos, tornando-se obrigatório para isso a utilização da língua portuguesa, a menos que o cidadão aceite outro idioma.

Refira-se que este diploma estabelece também que o consumidor a quem sejam prestados serviços financeiros não solicitados “não fica sujeito a qualquer obrigação, nomeadamente de pagamento, considerando-se os serviços prestados a título gratuito”, não valendo o seu silêncio como consentimento.

Um ponto inovador é o que consagra o dever de informar os consumidores sobre os mecanismos de protecção possíveis, em particular se existirem meios extrajudiciais de resolução de litígios.

M.R.

## COMÉRCIO TRADICIONAL NA NET

À MARGEM do anúncio do pacote de medidas que assinalaram o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, o primeiro-ministro, José Sócrates, lançou um projecto de “webização” da comunidade empresarial que permitirá criar uma rede de cerca de cinco mil lojas, essencialmente de comércio tradicional, onde os clientes poderão aceder via Internet a um conjunto de serviços que vão desde a compra de bilhetes para concertos a pagar impostos.

O projecto insere-se no âmbito do Plano Tecnológico e tem como objectivo ligar em rede 600 lojas até ao final deste ano, segundo precisou Fernando Serrasqueiro. Mas, até 2007, deverão ser já 1100 as lojas ligadas e, dentro de cinco anos, cinco mil.

A ideia é “ajudar à integração do comércio tradicional, que isolado terá dificuldades de sobrevivência, e trazer para este sector instrumentos de novas tecnologias de informação, explicou Serrasqueiro, adiantando ainda que o projecto foi financiado por capitais de risco, através do IAPMEI.

necessidades dos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde.

A rede está organizada em dois níveis de operacionalidade, regional e local, é constituída por unidades e equipas de cuidados continuados de saúde (convalescenças, médica e longa duração), apoio social e cuidados e acções paliativas.

O programa é gerido em articulação entre os Ministérios da Saúde e da Solidariedade Social, sendo os encargos partilhados entre ambos os ministérios, na proporção das suas responsabilidades directas na saúde e no apoio social.

Para o ministro da Saúde, Correia de Campos, trata-se porventura da “mais

importante reforma do sistema desde que em 1978 se abriram condições de universalidade e generalidade do Serviço Nacional de Saúde e este se centrou nos cuidados primários”

## Fogos mais vigiados

Entretanto, no mesmo Conselho de Ministros foi aprovado o concurso público internacional para a aquisição dos serviços de seis helicópteros ligeiros e de dois aviões pesados para combate a fogos florestais durante os Verões de 2006 e 2007.

Estas aeronaves operarão enquanto decorre o processo de compra, construção e entrega dos

meios aéreos próprios do Estado destinados a acções de emergência, protecção e socorro, com prioridade ao combate a incêndios florestais.

Com esta decisão, o Conselho de Ministros adjudica os meios aéreos de prevenção e combate a incêndios florestais, reforçando o dispositivo à disposição das entidades que intervêm na prevenção e coordenação das operações de combate aos fogos nas zonas florestais.

Na perspectiva do Governo, com esta decisão superior, ficam salvaguardados os necessários meios aéreos de combate a incêndios florestais para as épocas estivais de 2006 e 2007.

R.S.A.